

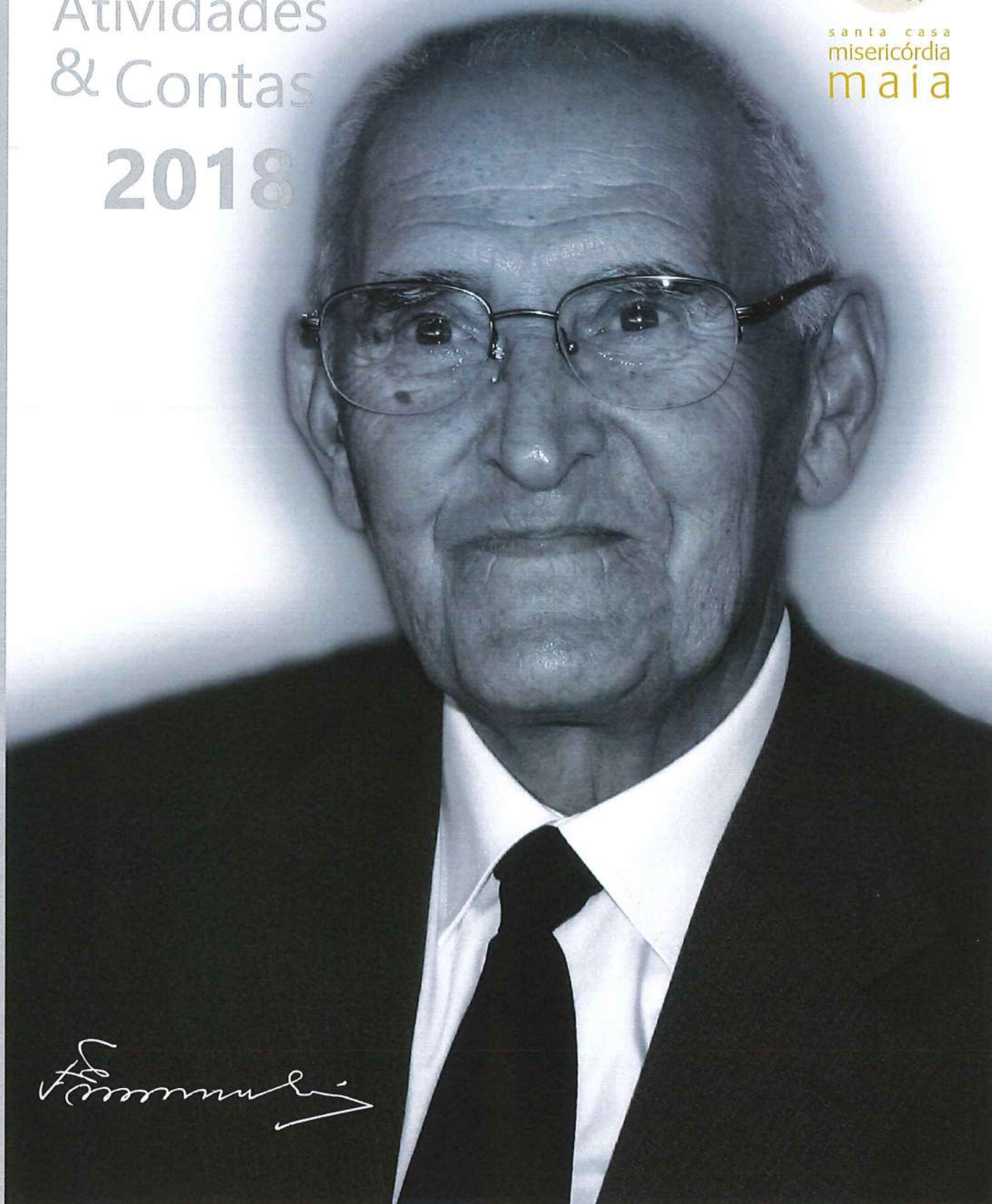
Relatório de

Atividades
& Contas

2018



santa casa
misericórdia
maia



Ferreira

A. M.
de J.
do/es
A
S
W

ÍNDICE

1. Relatório de Atividades	02
2. Atividades	03
3. Agradecimentos	22
4. Relatório de Gestão	25
5. Balanço e Demonstração de Resultados	37
6. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	40
7. Demonstração de Fluxos de Caixa	59
8. Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	61

Ju. ce deo/es
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las.

Aristóteles

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Introdução

Nos termos das disposições conjugadas dos Artigos 22º, 42º, alínea d), 30º, n.º 1 alínea a) e 32º, alínea c) do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Maia e 13º, n.º 1 alínea b), 58º, n.º 1 alínea c) e 59º, alínea b) do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, cumpre à Assembleia Geral ou Assembleia dos Irmãos votar, até 31 de março de cada ano, a propostas de Relatório de Atividades e Contas apresentadas pela Mesa Administrativa ou Mesa Regedora, relativas ao exercício anterior, findo a 31 de dezembro.

Cumprindo o legal e estatutariamente determinado, a Mesa Regedora apresenta assim a sua proposta de Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018, as quais são acompanhados do competente Parecer do Definitório ou Conselho Fiscal (Artigos 14º, n.º 1 alínea b) do Estatuto das IPSS, Artigo 49º, alínea f) do Compromisso) e do Parecer dos Revisores Oficiais de Contas (Artigo 12º, n.º 3 do Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março).

É inevitável, no entanto, uma breve introdução ou nota prévia sobre o contexto económico, social e institucional, as novas ou não tão novas circunstâncias que marcaram esse exercício.

No plano económico, haverá a registar alguma melhoria na situação económica do País, com aumento do nível de confiança dos consumidores e diminuição do desemprego. Porém, essa alteração não produziu impacto no valor das comparticipações pagas pelas famílias a esta Misericórdia ou na disponibilidade para efetivamente pagá-las, mas sim aumento do preço dos combustíveis e demais produtos que a Instituição necessita adquirir para a sua atividade diária. Acrescenta-se nova atualização extraordinária da remuneração mínima mensal garantida (aumento de 23,00 €, que parece pouco relevante mas, acrescido dos encargos sociais, assume grande relevância quando aplicado a um elevado número de trabalhadores).

Já o valor das comparticipações por utente, pagas pelo Estado às Instituições no âmbito dos acordos de cooperação, registou um aumento de apenas 2,2% face ao valor de 2017, claramente insuficiente para fazer face ao aumento dos custos e ainda mais ao desequilíbrio financeiro acumulado pelas IPSS, que vai sendo ainda agravado pelo referido aumento de preços. Segundo

M. Vae
lo/es
[Handwritten signature]

M. ae
do/es
S
Lel

estudo recente da Universidade Católica para a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, a comparticipação do Estado corresponde apenas a 40% dos custos do funcionamento das respostas sociais.

No plano social, assinala-se sobretudo os já conhecidos baixos níveis de natalidade e o acentuado envelhecimento da população. Do primeiro aspeto resulta a dificuldade no preenchimento de todas as vagas disponíveis nas respostas sociais de apoio à infância (área do apoio com enorme importância na vida desta Misericórdia) que a Instituição em regra ainda vem conseguindo na Creche mas não em todos os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (na qual a oferta da escola pública, que exige muito menos esforço financeiro por parte das famílias e pode ser financiada com receitas diversas de que as Instituições de Solidariedade não dispõem, é muito alargada na Maia). Por cada criança que deixa de frequentar o Pré-Escolar da Misericórdia, perde-se o valor de comparticipação do Estado e o valor da comparticipação que seria paga pela família, gerando-se diminuição da receita, mas com manutenção dos custos fixos (sobretudo com recursos humanos). Do envelhecimento da população, associado à sua crescente dependência física e mental, resulta uma maior onerosidade na prestação dos serviços, tanto mais que os idosos (muitas vezes também cidadãos que ainda não são idosos mas padecem de doenças incapacitantes cada vez mais prevalentes na população portuguesa) apenas recorrem aos serviços de apoio (sobretudo no caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas ou Lar de Idosos) numa idade cada vez mais avançada e quando a dependência assim o obriga. No que ao combate à pobreza e marginalidade respeita, apesar da melhoria da situação económica, não se verificou efetivamente uma diminuição relevante das necessidades e dos pedidos de apoio.

No contexto institucional, não poderemos olvidar que a Santa Casa da Misericórdia da Maia gere estabelecimentos de apoio em 9 das 10 freguesias do concelho, instalados em 23 edifícios, mantendo 21 cozinhas em funcionamento, mais de 30 viaturas em serviço e um quadro de pessoal alargado, centrando a sua atividade e os seus recursos na área do apoio social, menos rentável e por vezes objeto de menor atenção que outros setores abrangidos pelas IPSS, como o da saúde. As despesas são de valor muito elevado e agravam-se com as referidas atualizações do *salário mínimo nacional* e com a necessidade frequente de substituições temporárias de Trabalhadores (essencialmente por motivo de doença) e de que resultam relevantes encargos com cessações de contratos, aumentando ainda mais a despesa com os recursos humanos, a rubrica de despesa claramente com maior expressão no conjunto.

*M. de
Azevedo
[Signature]*

Ainda no contexto institucional e num registo mais triste, teremos que recordar o falecimento em 2018 de sete Irmãos da Misericórdia, que aqui em homenagem e saudade recordamos. Entre eles avulta o então único Fundador vivo da Instituição, Irmão Benemérito e Emérito Provedor, Fernando de Almeida. Deixou para sempre uma marca indelével na história da Maia, da Santa Casa da Misericórdia da Maia, mas igualmente no coração dos Irmãos e dos Trabalhadores da Instituição que o conheceram. Fernando de Almeida foi a prova viva de que a (verdadeira) grandeza não consiste em receber (nem, acrescentaríamos, em procurar) honras mas em merecê-las.

Julgamos que a atividade da Santa Casa da Misericórdia da Maia em 2018, que aqui vamos sintetizar em linhas muito gerais, honra o saudoso Fundador e mostra também a validade dessa afirmação.

ATIVIDADES

Neste relatório adotamos a estrutura habitual, distribuindo as atividades por:

- Apoio à infância e juventude
- Apoio à terceira idade
- Intervenção Comunitária
- Apoio a cidadãos diminuídos
- Outras atividades/acontecimentos ou factos relevantes

Apoio à infância e juventude

Sem alterações de relevo, continua a ser a área de apoio desenvolvida em maior número de Estabelecimentos:


- **Creche e Educação Pré-Escolar em 11 Estabelecimentos:**
 - ✚ Águas Santas I;
 - ✚ Águas Santas II;
 - ✚ Catassol;
 - ✚ Crestins;
 - ✚ Gondim;
 - ✚ Guarda;

M. ae. Lopes
[Handwritten signature]

- ✦ Milheirós;
 - ✦ Nogueira;
 - ✦ Pedrouços;
 - ✦ Santa Maria de Avioso;
 - ✦ São Pedro Fins.
- **Creche, Educação Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres ou ATL** (em duas modalidades: funcionamento clássico sem almoço e Extensões de horários e interrupções letivas sem almoço), num estabelecimento:
- ✦ Centro de Animação de Infância de Vermoim.
- **Apenas Creche, num Estabelecimento:**
- ✦ Creche Santa Luzia.

Todos estes Estabelecimentos funcionam ao abrigo de acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Segurança Social do Porto) e também Ministério da Educação (no caso da Educação Pré-Escolar), os quais comparticipam a frequência dos Utentes abrangidos por esses acordos (no Pré-Escolar de Águas Santas II, uma das salas não está abrangida por acordo e em quase todos os Estabelecimentos o número de Utentes que constitui a capacidade é superior ao número de Utentes abrangidos por acordo) com o valor por criança a frequentar que é fixado anualmente por acordo entre o Governo e as Instituições representativas das Instituições ou por Despacho governamental (no caso da Educação Pré-Escolar). No caso da Creche, pode ainda acrescer uma comparticipação mensal (por Estabelecimento), quando se verifique o funcionamento por mais de 11 horas diárias (desde que resulte da necessidade manifestada por pelo menos 30% das famílias) e, no caso da Educação Pré-Escolar, uma compensação por Estabelecimento, (ao abrigo do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré – Escolar) dos encargos com pessoal docente (Educadores de Infância) que no ano letivo anterior tenham excedido nesse Estabelecimento o montante médio fixado anualmente por despacho governamental.

Cada um das Creches desenvolve a sua atividade com uma sala até aquisição de marcha ou berçário, uma sala da aquisição de marcha até aos 24 meses ou sala de 1 ano e uma sala dos 24 aos 36 meses ou sala de 2 anos. Exceciona-se Gondim (a Creche tem apenas a sala dos 24 aos 36 meses), Vermoim (com duas salas dos 24 aos 36 meses) e Santa Luzia (mantém em

mu.
ac
Lopes


funcionamento duas salas da aquisição da marcha aos 24 meses e duas salas dos 24 aos 36 meses).

O Pré-Escolar funciona com três salas por estabelecimento (excetuando-se São Pedro Fins, com apenas duas salas), que podem ser frequentadas por grupos heterogêneos de crianças dos 3 aos 5 anos de idade.

Visa-se a prossecução dos objetivos definidos nos normativos orientadores, no Projeto Educativo da Santa Casa da Misericórdia da Maia, nos Regulamentos Internos (de Creche, de Pré-Escolar e das duas modalidades de ATL), comuns a toda a oferta da Instituição na respetiva resposta social e nos documentos próprios de cada Estabelecimento, tais como os projetos pedagógicos ou curriculares e planos de atividade.

Para além de garantirem a satisfação das necessidades básicas, o conforto, a segurança e o carinho que as crianças carecem, na indisponibilidade das famílias para os assegurarem (nomeadamente por se encontrarem no exercício das respetivas ocupações profissionais), os Estabelecimentos de apoio à infância são espaços que promovem o crescimento sadio das crianças a todos os níveis, no respeito por si próprias, pelos outros e pelo mundo. Numa sociedade crescentemente competitiva, caracterizada por relações sociais cada vez menos personalizadas e cada vez mais construídas nas redes sociais, que dedica pouco tempo às suas crianças, constituem-se muitas vezes como os agentes principais (e não meramente complementares da família) da construção da personalidade, da disponibilidade do afeto e da aprendizagem das regras de convivência (inclusive em família) que em primeira linha competiria à família e à sociedade, numa dinâmica normal, promover.

São assim proporcionadas atividades vocacionadas para o aprimoramento das capacidades motoras e intelectuais e da aprendizagem de uma cultura de valores de respeito e solidariedade, dirigidas a todas as crianças, bem como atividades extracurriculares (de frequência facultativa) por pessoal externo à Misericórdia, tais como educação musical, língua estrangeira, informática, ioga, xadrez, karaté. Registe-se que neste ano letivo de 2018/2019, a Creche Pré-Escolar de Milheirós iniciou, a título experimental, a atividade de meditação, a qual tem tido crescente adesão e tem produzido resultados positivos bem visíveis no comportamento das crianças.

M. de
Lopes

Sumariamos aqui apenas algumas atividades desenvolvidas em 2018, as quais embora por vezes com configuração aparentemente lúdica apenas, contêm sempre uma intencionalidade educativa:

- ✚ O desfile de encerramento das atividades letivas, no dia 01 de junho e o piquenique no Parque de Avioso, envolvendo os Trabalhadores, as crianças e seus familiares;
- ✚ A colónia balnear, durante a segunda quinzena do mês de julho, com animação garantida por um dos prestadores de atividades extracurriculares;
- ✚ O Festival Gastronómico, em setembro;
- ✚ A participação nos projetos de saúde escolar promovidos pela Câmara Municipal da Maia e no Projeto *Escola Amiga da Criança*, do qual foram recebidos os respetivos diplomas;
- ✚ A festa de Natal, no Fórum da Maia;
- ✚ O festival musical “Cinderela”, no Fórum da Maia, com oferta de 2 bilhetes por criança (1 bilhete no caso das crianças de berçário) e outros espetáculos realizados, quer nos estabelecimentos quer no exterior como, por exemplo “A surpreendente fábrica do Chocolate”, no parque exterior do Marshopping;
- ✚ As comemorações das datas mais significativas como o Dia do Pai, o Dia da Mãe e o Dia dos Avós, oportunidades para interação próxima com as famílias, em espaço escolar;
- ✚ A participação no *Dia do pijama* – sensibilização para a situação das crianças institucionalizadas;
- ✚ A participação em variadas sessões de sensibilização, desde a saúde até à proteção do meio ambiente;
- ✚ As diversificadas visitas de estudo, as festas e as viagens de finalistas.

Cada um destes Estabelecimentos de apoio à infância é um centro de custo autónomo ao qual são imputadas as despesas decorrentes do seu funcionamento e uma proporção dos custos de utilização de serviços comuns, designadamente dos serviços administrativos da Sede, bem como as receitas constituídas por:

- ✚ As participações dos Utentes, de valor estabelecido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares;
- ✚ As participações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos com Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Centro Distrital de Segurança Social do Porto e Ministério da Educação, conforme supra referido.

7 m. ac
bo/es
[Handwritten signature]

Estas respostas sociais registaram em 2018 uma média mensal de frequência de cerca de 1.300 utilizadores (recorda-se a já referida diminuição de frequência no Pré-Escolar).

APOIO À TERCEIRA IDADE E DEPENDÊNCIA

Em 2018, a Santa Casa da Misericórdia da Maia manteve ao Serviço da Comunidade:

- Dois Estabelecimentos com Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos), Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário:
 - ✦ Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho;
 - ✦ Centro Social de Milheirós ou *Casa de Milheirós*

- Seis Estabelecimentos apenas com Centro de Dia:
 - ✦ Barca;
 - ✦ Crestins;
 - ✦ Guarda;
 - ✦ Pedrouços;
 - ✦ Santa Maria de Avioso;
 - ✦ Silva Escura.

- Um Estabelecimento apenas com Serviço de Apoio Domiciliário:
 - ✦ Centro Comunitário de Vila Nova da Telha

Estas respostas sociais funcionam ao abrigo de acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Segurança Social do Porto), à exceção do Centro de Dia de Barca, o qual possui licença de funcionamento e ainda não está abrangido por acordo de cooperação.

Em regra, a capacidade dos estabelecimentos é superior ao número de Utentes abrangidos por acordo de cooperação (exceções são o Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Dia da Casa de Milheirós e o Centro de Dia de Crestins) e no caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) existem vagas para preenchimento por idosos indicados para Segurança Social: duas na Casa de Milheirós e três no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho (neste caso, desde junho de 2018). O valor participado por Utente a frequentar é fixado anualmente por acordo

Handwritten notes:
A m.
ae
loges
(Signature)

entre o Governo e as Instituições representativas das Instituições. No caso das ERPI ou Lares de Idosos, pode acrescer uma comparticipação adicional por cada Utente a quem tenha sido pela Segurança Social atribuído o complemento de dependência de 2º grau e, quanto às vagas preenchidas pela Segurança Social, a comparticipação corresponde à diferença entre o montante anualmente fixado por acordo entre o Governo e as Instituições representativas das Instituições e o valor da comparticipação paga pelo Utente e sua família.

As atividades desenvolvidas respeitam o estabelecido no quadro legal em vigor e nos respetivos Regulamentos Internos, sendo modeladas em cada estabelecimento pelo seu plano de atividades, o qual inclui atividades para os utentes desse Estabelecimento e atividades comuns a vários estabelecimentos.

Procurando-se aqui também satisfazer ou apoiar na satisfação das necessidades básicas dos idosos (ou, como referimos, de cidadãos que não sendo idosos, por motivo de deficiência ou doença carecem de apoio a esse nível), estas respostas são espaços de convívio e afeto para as pessoas que nalguns casos não têm apoio da família a vários desses níveis, seja por inexistência, por ausência, por indisponibilidade ou falta de vontade. Nos Lares e nos Centros de Dia os idosos encontram a valorização das suas aptidões e das suas experiências de vida, bem como atividades que estimulam o uso das capacidades físicas e psíquicas restantes e muitas vezes permitem retardar e outras vezes mesmo reverter em grande medida a degradação da sua situação de saúde (destaque-se, por exemplo, as atividades na sala de estimulação multissensorial, na sala do tempo e na sala da psicomotricidade, no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho), por vezes concedendo oportunidades que os idosos nunca tinham tido (batismo de voo, por exemplo).

Destacando algumas das atividades desenvolvidas em 2018:

- ❖ *As Férias Seniores*, proporcionadas a alguns utentes mais autónomos da Casa de Milheirós e do Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, desta vez na Vila de Caminha;
- ❖ O Concerto Solidário de Natal (II Edição), no auditório amavelmente cedido pelo ISMAI;
- ❖ A viagem de avião a Faro, proporcionada a utentes de Lar, Centro de Dia e SAD do Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho;
- ❖ As aulas de hidroginástica em ginásios no exterior, proporcionadas não só nos Lares mas também nalguns Centros de Dia;
- ❖ As celebrações de diversas festividades (Santos Populares, Dia do Idoso, Carnaval, Natal, Dia Metropolitano dos Avós, etc.);

Handwritten notes and signatures:
A
mu.
me
Lopes
[Signature]

- ❖ A participação nas atividades de canto coral (*Coro Cor da Voz*);
- ❖ A participação dos Utentes nas exposições, atividades, jogos e concursos organizados pela Misericórdia da Maia (exposição de ovos da Páscoa, Festival *Chegou a Primavera*, Natal no Jardim) ou por outras Instituições (v.g. jogos inter-freguesias e *Projeto 60 +*, organizados pela Câmara Municipal da Maia), as quais fomentam o convívio, o sentimento de pertença e a motricidade e criatividade;
- ❖ A já habitual participação no Concurso “Mãos com vida”, promovido pela Misericórdia de Amarante, no qual o Centro de Dia de Santa Maria de Avioso obteve o 3º prémio;
- ❖ Variados passeios, caminhadas, piqueniques e deslocações a romarias, exposições, espetáculos de música, teatro e cinema;
- ❖ A edição periódica, que se manteve, do jornal “O nosso tempo é agora”, da responsabilidade do Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho e seus Utentes;
- ❖ Os torneios de *Boccia*, em intercâmbio do Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho com outras Instituições;
- ❖ A participação no Programa de Saúde Sénior 60+, promovido pela Câmara Municipal da Maia.

Registe-se ainda que o Centro de Dia de Santa Maria de Avioso comemorou 15 anos de atividade.

Cada resposta social de apoio a idosos é igualmente um centro de custo autónomo, ao qual são imputadas as despesas resultantes da sua própria atividade e uma parte dos custos de utilização de serviços comuns, designadamente dos serviços administrativos da Sede. Têm como receitas:

- As comparticipações dos Utentes, de montante estabelecido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares, sendo que na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos) pode acrescer uma comparticipação dos familiares, calculada em função da sua capacidade económica, no caso dos Utentes abrangidos por acordo de cooperação, sendo de fixação livre a comparticipação dos Utentes não abrangidos por acordo de cooperação
- As comparticipações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos com Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Centro Distrital de Segurança Social do Porto, conforme supra referido.

Estas respostas sociais registaram em 2018 uma média mensal de 370 utilizadores.

ao
boles


INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Como já referimos supra, da melhoria da situação económica do País e das famílias não resultou uma diminuição acentuada dos pedidos de apoio de pessoas e famílias em situações de carência e exclusão social.

Esta intervenção é assegurada essencialmente a partir do Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro, do Centro Comunitário de Vila Nova da Telha e do (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, destacando-se ainda o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC).

O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro oferece uma grande variedade de serviços de apoio à Comunidade, podendo aqui destacar-se:

- ❖ Apoio a famílias e a cidadãos carenciados, sem retaguarda familiar e/ou sem residência, em vestuário, fraldas, medicamentos e mobiliário, acompanhamento a consultas, tratamento de roupas e banhos, acompanhados igualmente de acompanhamento social visando a reintegração social e/ou o restabelecimento de laços sociais e familiares;
- ❖ Centro de Tempos Livres (CTL) para crianças e jovens, durante as interrupções escolares, com apoio ao estudo, atividades desportivas e de animação;
- ❖ Gabinete de Psicologia, o qual vem prestando auxílio a Utentes dos outros serviços do Centro e de outras respostas sociais da Misericórdia e à comunidade em geral.
- ❖ Participação da equipa *Holly Team*, constituída por cidadãos marginalizados, na *Liga para a Inclusão Social*, da qual esta Misericórdia é Fundadora;
- ❖ Loja Social *Mundos e Fundos*, com revalorização e venda, a preços reduzidos, de artigos doados;
- ❖ Acolhimento temporário de cidadãos sem-abrigo, na Residência Partilhada (*Casa do Sobreiro*);
- ❖ Apoio alimentar (entrega de cabazes) a 16 famílias de trabalhadores da Fico Cables - Fabrica de Acessórios e Equipamentos Industriais Lda., selecionados pelo Centro Comunitário, nomeadamente com bens alimentares e de primeira necessidade, adquiridos com o apoio financeiro concedido por aquela Empresa;

A. M.
ae
padres
[Handwritten signature]

- ❖ No âmbito do “Vamos até si”, projeto em parceria com a Junta de Freguesia Cidade da Maia, foi servido em 2018 um total de 2. 350 refeições, abrangendo 13 idosos;
- ❖ No âmbito do Programa de Emergência Alimentar foram servidas em 2018, a 69 cidadãos, cerca de 17.000 refeições;
- ❖ Distribuição de alimentos: em parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto e Câmara Municipal da Maia, foram distribuídos cabazes a 75 famílias, abrangendo 165 pessoas;
- ❖ Clube Sénior, com atividades de animação e socialização e informática;
- ❖ Canto coral, com o “Cor da Voz”, abrangendo 37 pessoas;
- ❖ Promoção de campanhas de angariação de alimentos e outros donativos, nomeadamente junto de grandes superfícies comerciais;
- ❖ Gabinete de Inserção Profissional (GIP), com um Animador de Emprego, que prosseguiu na divulgação de informação, encaminhamento dos candidatos para ofertas de emprego e formação profissional, apoio na inserção profissional de jovens e desempregados de longa duração e fomento do empreendedorismo, registando-se a título de mero exemplo, a colocação de 55 cidadãos em ofertas de emprego;
- ❖ Banco de ajudas técnicas com a cedência, temporária e gratuita, de ajudas técnicas, nomeadamente cadeiras de rodas e andarilhos, que apoiou 52 cidadãos;
- ❖ Oficina de Informática/competências digitais: foi proporcionada formação nesta área a Utentes Seniores deste Centro Comunitário, Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho (Centro de Dia e ERPI).

Entre janeiro e dezembro de 2018, esta Misericórdia foi entidade gestora do Contrato Local de Segurança da Maia, em parceria com Câmara Municipal da Maia e Ministério da Administração Interna, o qual, com suporte a nível de instalações no Centro Comunitário do Sobreiro mas com recursos humanos próprios, abrangeu sobretudo parte da população residente no Bairro do Sobreiro (idosos isolados, crianças e jovens em situação de risco e a comunidade cigana) nos eixos de prevenção da delinquência juvenil, redução das vulnerabilidades sociais e promoção da cidadania. Teve como objetivo intervir na redução ou eliminação dos fatores familiares, sociais e escolares que contribuem para a ocorrência de comportamentos delinquentes. O sucesso da iniciativa permitiu a sua renovação em 2019.

Quanto à atividade do Centro Comunitário de Vila Nova da Telha (o qual possui, como referimos já, também o Serviço de Apoio Domiciliário), destacamos:

Handwritten notes and signatures:
D
ju.
ae
Lopes
(Signature)

- Programa de Emergência Alimentar: distribuição diária de refeições confeccionadas, de segunda a sexta-feira, (na sexta-feira são entregues às famílias os géneros alimentícios para estas confeccionarem no fim de semana);
- Gabinete de Psicologia;
- Clube Sénior: realização de atividades de convívio, ocupação de tempos livres e cultura, informática e inglês, para idosos com autonomia para tanto;
- Atividades de formação nas áreas de língua estrangeira (inglês) e informática sénior;
- Apoio alimentar: em parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto, distribuição de cabazes alimentares;
- Apoio à comunidade carenciada (banhos e tratamento de roupas), acompanhamento psicossocial e doação de móveis e roupas usados, tendo sido organizada a “Feira de Artigos Usados”
- Gabinete de Inserção Profissional (GIP) com funcionamento idêntico ao já referido do Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro;
- Rendimento Social de Inserção: a equipa constituída por quatro Técnicos Superiores e duas Ajudantes de Ação Direta, continuou a promover atividades de acompanhamento de agregados familiares do Rendimento Social de Inserção, numa média mensal de 240 agregados, promovendo o diagnóstico da situação familiar e elaborando o respetivo relatório social, negociando, elaboração e acompanhando a execução do programa de inserção dos beneficiários da prestação (a decisão sobre a atribuição e cessação da prestação cabe aos Serviços da Segurança Social).

Cada Centro Comunitário constitui um centro de custo autónomo ao qual são imputadas as despesas próprias e uma proporção dos custos de utilização de serviços comuns, designadamente dos serviços administrativos da Sede. As suas receitas são, essencialmente:

- ❖ As participações dos Utentes, no caso do Clube Sénior, Gabinete de Psicologia, Centro de Atividades de Tempos Livres e Residência Partilhada e refeições no âmbito do “Vamos até si”. Os demais serviços não são participados pelos Utentes;
- ❖ As participações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos para Centro Comunitário, celebrados com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Centro Distrital de Segurança Social do Porto. Trata-se de acordos de cooperação atípicos, que estabelecem uma participação global e não uma participação por Utente);

A. M.
de
Loques
[Handwritten signature]

- ❖ **No caso dos Gabinetes de Inserção Profissional:** a comparticipação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que abrange apenas parte das despesas;
- ❖ **No caso do Rendimento Social de Inserção:** as comparticipações atribuídas pela Segurança Social (valor para recursos humanos e valor para despesas de funcionamento), de valor desatualizado face ao aumento dos encargos, em especial com recursos humanos;
- ❖ **No caso do Programa de Emergência Alimentar:** comparticipação da Segurança Social, de 2,5€ por refeição efetivamente servida até ao máximo diário protocolado. A opção do Governo tem sido a de redução gradual do número de refeições protocoladas: no Centro Comunitário do Sobreiro eram 80 as refeições diárias em 2013 (início do programa) e 35 em dezembro de 2018; no Centro Comunitário de Vila Nova da Telha eram 65 as refeições diárias protocoladas em 2013 (início do programa) e 17 em dezembro de 2018;
- ❖ **No caso do Contrato Local de Segurança:** a comparticipação atribuída pela Secretaria de Estado da Administração Interna.

O (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, em Parceria com a Câmara Municipal da Maia e o apoio das Juntas de Freguesia de Pedrouços e Águas Santas, continuou a promover:

- ❖ Apoio alimentar: atendimento e encaminhamento das necessidades de apoio alimentar, a organização e campanhas de angariação e a gestão dos processos do FEAC – Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados e do Banco Alimentar Contra a Fome, distribuídos depois pelo próprio (Re)Criar, pelos Centros Comunitários de Vermoim/Sobreiro e Vila Nova da Telha e pela Junta de Freguesia Cidade da Maia.
- ❖ Apoio Alimentar: atribuição de cabazes adquiridos no âmbito do Programa de Emergência Municipal;
- ❖ Clube Sénior, com atividades de animação, convívio e promoção do envelhecimento saudável;
- ❖ Apoio sociopedagógico específico a crianças e jovens;
- ❖ Intervenção Familiar e Parental;

Permitimo-nos apenas destacar aqui apenas uma iniciativa: a parceria com o Hipermercado Jumbo da Maia, o qual doou ao projeto parte das receitas obtidas com a comercialização do *Castor Júlio*.

J. M. Alves
ac
Alves
S
ed

O (Re)Criar é também um centro de custo autónomo, financiado inteiramente pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, Câmara Municipal da Maia e Juntas de Freguesia de Águas Santas e Pedrouços, não sendo cobrada participação aos Utentes.

A 31 de dezembro de 2018, no final dos 3 anos de duração máxima (já que a atividade mereceu sempre aprovação por parte da Entidade Gestora e conseqüentemente a renovação para o ano seguinte) terminou o projeto *Bué d'Escolhas – e6g*, ao abrigo da 6ª geração do *Programa Escolhas*, tendo como Entidade Promotora a Câmara Municipal da Maia, como Entidade Coordenadora Local da Parceria a Santa Casa da Misericórdia da Maia, reunidas num consórcio que integrou cerca de 20 entidades (públicas e privadas). Tendo como área de intervenção as freguesias de Pedrouços e Águas Santas, o *Bué d'Escolhas – e6g* elegeu como público-alvo crianças e jovens entre os 6 e os 30 anos, oriundas dos meios desfavorecidos das freguesias de Pedrouços e Águas Santas, com prioridade para as que vivem em empreendimentos de habitação social Teibas I e II, Senhor dos Aflitos, Alves Redol, Arregadas e Coriscos (comunidade de etnia cigana de Abel Salazar).

O objetivo geral foi desenvolver competências pessoais, sociais, empreendedoras, escolares e profissionais junto de crianças e jovens e suas famílias em particular situação de vulnerabilidade e risco de exclusão social, no sentido da diminuição dos fatores de risco a eles associados, promovendo a sua reintegração.

O projeto *Bué D'Escolhas- e6g* foi co-financiado pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, pelo Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, através do Instituto da Segurança Social, I. P., pelo Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação e por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente através do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego do Portugal 2020, sendo coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações, que transfere as participações financeiras.

No âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) do Quadro Operacional de Apoio *Portugal 2020*, a Santa Casa da Misericórdia da Maia assumiu-se em 2017 como Entidade Coordenadora e Pólo de Receção de géneros alimentares para os 827 beneficiários finais do território da Maia e Entidade Mediadora (responsável pela distribuição dos produtos) a 677 desses beneficiários (a entrega aos restantes 150 beneficiários é da responsabilidade da Delegação da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa). Para além da receção

dos alimentos e da sua distribuição, assegurada em colaboração com o Centro Comunitário do Sobreiro, do (Re)Criar e do Centro Comunitário de Vila Nova da Telha, é necessário organizar os processos familiares para submissão em plataforma eletrónica e posterior decisão sobre a sua elegibilidade, organizar os cabazes e registar na plataforma todas as operações e documentos comprovativos da entrega, tarefas que têm sido asseguradas por uma responsável de armazém e por um empregado de armazém, ambos contratados por esta Misericórdia. Apesar dos constrangimentos (demora ou falta de entrega de alimentos à Instituição) motivados essencialmente por reclamações de concorrentes aos concursos de fornecimento promovidos pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em 2018 foram recebidas no armazém do Bairro do Sobreiro 157 toneladas de alimentos.

Como centro de custo autónomo, este projeto tem como receitas o financiamento atribuído no âmbito do referido programa, constituído por financiamento nacional através do Orçamento do Estado e financiamento comunitário no âmbito do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Carentes (FEAC).

No domínio da intervenção comunitária, recordamos finalmente a habitual colaboração, com recursos humanos e viaturas, nas campanhas de angariação de alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome (Porto) e a representação por um Técnico na Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Maia.

Apoio a Cidadãos Diminuídos

Com viatura pesada de passageiros adaptada, Motorista de Pesados e Ajudante de Motorista, a Santa Casa da Misericórdia da Maia continuou, em parceria com a Câmara Municipal da Maia (que comparticipa com o combustível para a viatura) e o Instituto da Segurança Social, I.P. (que comparticipa nos custos do funcionamento, sendo os Utentes isentos de pagamento), a assegurar o transporte de cidadãos com deficiência física e/ou mental para os estabelecimentos de apoio que os acolhem durante o dia.

Outras atividades/acometimentos ou factos relevantes

A Santa Casa da Misericórdia da Maia continuou a promover as necessárias reparações/substituições do mobiliário e equipamentos que diariamente utiliza nas várias áreas do apoio social que presta e que como facilmente se intui, dado o número de edifícios, viaturas

A. J. M.
cc
10/03
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

e cozinhas, é extenso, sendo as intervenções em muitos casos necessariamente realizadas com urgência, sob pena de paralisação ou graves constrangimentos para a atividade, inaceitáveis para a Instituição porque está em causa o apoio a pessoas. Destacaremos apenas as aquisições ou reparações relevantes (várias) a nível de equipamentos de frio para conservação de alimentos, aparelhos de climatização, fogões, viaturas (foram vendidas 4 viaturas com manifesto desgaste e adquiridas três viaturas ligeiras de passageiros usadas) e material informático.

Do mesmo modo, foram inúmeras as intervenções, a expensas próprias ou com o apoio da Autarquia, a nível do edificado, como por exemplo, a substituição do piso da cozinha, corredor e lavandaria na Creche Pré-Escolar de Águas Santas I e o restauro do parque infantil do Centro de Animação de Infância de Vermoim.

Sempre tendo como foco principal a sustentabilidade das atividades já desenvolvidas e a contínua melhoria dos serviços prestados, a Santa Casa da Misericórdia da Maia não deixou, porém, de continuar a procurar prudentemente a concretização dos projetos idealizados e o lançamento de novas atividades.

No que aos primeiros se refere, não foi ainda possível criar condições para o lançamento da obra projetada para o Palacete do Lage nem a requalificação do acesso viário ao Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho. Porém, foram quase concluídos os projetos de arquitetura e especialidades para o primeiro.

No que se refere a novos projetos e para além do já referido Contrato Local de Segurança da Maia, a Instituição apresentou candidaturas, das quais destacamos:

- Candidatura à criação de GIP um no Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro e outro em Moreira/Vila Nova da Telha (aprovada). Recorde-se que a autorização de funcionamento dos GIPS existentes caducou a 31 de julho de 2018 e o concurso para novas autorizações reduziu substancialmente o número de autorizações a concurso por Município (quatro, na Maia), definindo que nas freguesias em que funcionasse Centro de Emprego (freguesia Cidade da Maia, neste Município) a abertura de GIP apenas seria autorizada se não houvesse candidaturas admitidas em número superior para preencher o número a concurso. Daí que a candidatura apresentada para Moreira/Vila Nova da Telha tivesse sido apresentada em parceria com as Juntas de Freguesia locais

e a candidatura do GIP Sobreiro, apesar da elevada pontuação obtida, não tivesse sido aprovada.

- Candidatura ao desenvolvimento de projeto no âmbito do Eixo 3: *Empoderar os Grupos Vulneráveis* do Programa Cidadãos Ativ@s: EEA Grants, programa comunitário gerido em Portugal pelas Fundações Calouste Gulbenkian e Byssala Barreto. O Projeto proposto, designado *Activ@-te!* é dirigido a jovens residentes nos empreendimentos de habitação social nas freguesias de Pedrouços e Águas Santas, em particular situação de vulnerabilidade económica e com baixa escolaridade e baixos níveis de qualificação, tendo como objetivo contribuir para a redução da percentagem de jovens NEET (*Não estuda nem trabalha*) no concelho da Maia. A candidatura foi aprovada já em 2019 para um montante financiável de 149.921,16 €, com uma contribuição de 13.462,11 € por parte desta Misericórdia e um prazo de execução de 36 meses, mas entretanto foi solicitada a reformulação do projeto e a Instituição está a estudar e negociar a possibilidade da sua concretização com as novas condicionantes propostas.
- Candidatura, no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego do Portugal 2020, ao Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais. O projeto apresentado a concurso pela Câmara Municipal da Maia (entidade promotora), tendo como parceiros esta Misericórdia e outras Instituições do Concelho, visa promover atividades para integração das comunidades de etnia cigana residentes no Município da Maia. A candidatura foi aprovada já este ano e as atividades iniciaram-se a 01 de março de 2019 e por um prazo máximo de 31 meses (o prazo previsto era de 36 meses mas foi reduzido em virtude do atraso na aprovação das candidaturas), cabendo à Misericórdia assegurar a disponibilidade de três colaboradores contratados dentro daquela comunidade, sendo a cobertura dos custos inerentes assegurada pelo financiamento público atribuído ao projeto.

Foi igualmente apresentada candidatura no âmbito do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), visando a celebração de acordo de cooperação para o Centro de Dia de Barca, não tendo ainda havido decisão sobre a mesma.

A Instituição continuou a dinamizar e alargar a sua rede de parceiros, alguns dos quais já mencionados ao longo do texto, a qual engloba não só entidades públicas como a Câmara Municipal da Maia e as Juntas de Freguesia do Concelho, o Instituto da Segurança Social, I.P. e

7
mu.
de
10/20

o Ministério da Educação, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (em particular com o Centro de Emprego da Maia), a Secretaria de Estado da Administração Interna, a Direção Geral de Reinserção Social e o Agrupamento Complementar de Estabelecimentos de Saúde (Aces) Maia/Valongo, mas também entidades privadas, lucrativas ou não, como o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto, o Rotary Club da Maia, Instituições de Solidariedade do Município da Maia, Escolas, Universidades e Centros de formação, hipermercados.

Para além do financiamento essencial para a prossecução da vasta Obra da Instituição e da realização de iniciativas solidárias partilhadas (por exemplo, a colaboração na recolha e posterior distribuição de alimentos em parceria com o Banco Alimentar contra a Fome), as parcerias permitiram importantes contributos para a empregabilidade e (re)inserção profissional e social dos cidadãos (destaca-se a colaboração com o IEFP/ Centro de Emprego da Maia e com a Direção Geral de Reinserção Social), a formação profissional (mais um vez o IEFP/ Centro de Emprego da Maia, mas também Escolas, Universidades e Centros de Formação), para a melhoria das condições de prestação dos serviços, para a formação de futuros profissionais, com benefícios para a Instituição e seus Utentes, para os cidadãos abrangidos e para a comunidade em geral.

Elencando apenas alguns números do exercício de 2018:

- ✦ 3 Estágios profissionais terminaram (uma das Estagiárias foi admitida por contrato de trabalho a termo, para substituição de trabalhadoras em férias) e outros 3 foram iniciados;
- ✦ Terminaram 25 Contratos Emprego Inserção ou Contratos Emprego Inserção + e iniciaram-se outros 27. 9 dos cidadãos abrangidos foram posteriormente contratados para a satisfação de necessidades temporárias.
- ✦ Proporcionadas cerca de 1.050 horas de formação a Trabalhadores da Misericórdia, não considerando dispensa para frequência de aulas e prestação de provas, ao abrigo do estatuto do trabalhador estudante.
- ✦ Acolhidos 19 cidadãos para realização de 1.917 horas de trabalho a favor da comunidade (sanção penal não privativa de liberdade).

A já referida atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (*salário mínimo nacional*) acarretou mais um relevante aumento de encargos e nova aproximação entre a remuneração de Trabalhadores de diferentes qualificações e tempos de serviço, já que os níveis remuneratórios mais baixos foram atualizados de acordo com o salário mínimo e não houve

atualização dos restantes níveis. O aumento de encargos que resulta das sucessivas atualizações extraordinárias do salário mínimo e das atualizações em virtude da progressão na carreira (nos casos em que o valor da remuneração prevista em tabela remuneratória são superiores ao salário mínimo), aliado ao aumento das obrigações legais, não acompanhada de atualização relevante dos apoios financeiros, não permite, porém, a desejável valorização remuneratória mas cria dificuldades crescentes na gestão financeira, já que os encargos com recursos humanos constituem sem dúvida a rubrica de despesa mais relevante.

Foi concedida dispensa para frequência de aulas e ações de formação e prestação de provas de avaliação (aos trabalhadores abrangidos pelo estatuto do trabalhador estudante), bem como para participação em seminários, colóquios e ações formação.

Para além da participação na Feira de Artesanato da Maia, a Santa Casa da Misericórdia da Maia organizou várias exposições (por exemplo, *ovos da Páscoa*, exposição *Chegou a Primavera*, *Natal No Jardim*, *Jardim nas Carrelas*, algumas com a participação de outras Instituições).

Na Assembleia Geral para aprovação do Plano de Ação e Orçamento para 2019, foi entregue a Bolsa de Estudo Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, no montante de 1.250,00 € (mais uma vez com patrocínio da Caixa de Crédito Agrícola para o efeito) e seis Bolsas ou Menções Honrosas no montante de 250,00 € cada (esta edição teve uma participação recorde de 18 candidatos). A mesma Assembleia foi também a oportunidade para homenagear vinte e cinco Trabalhadores que em 2018 completaram vinte anos ao serviço da Santa Casa da Misericórdia da Maia.

No que se refere a atividades culturais e religiosas desenvolvidas, recordando-se que esta Misericórdia da Maia não possui Igreja nem património religioso de relevo, destacamos:

- As exéquias anuais, no mês de novembro, por Alma de todos os Benfeitores e Irmãos Falecidos;
- As visitas dos utentes idosos ao Santuário de Fátima e a participação na celebração de Missas integradas nas festividades em honra dos santos populares;
- A procissão de velas no encerramento do mês de Maria, realizada no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho e a missa semanal no mesmo Lar, celebrada pelo Capelão da Misericórdia;
- A participação na Procissão das Festas do Concelho, com o Andor de Nossa Senhora da Misericórdia, bem como nas procissões do Senhor dos Passos, do Corpo de Deus, de Nossa Senhora do Bom Despacho, Nossa Senhora da Maia e Nossa Senhora da Saúde;

Handwritten notes and signatures:
7
mu-
ce
logos
~~Handwritten signature~~
Handwritten signature in blue ink

- A visita do senhor Bispo Auxiliar do Porto a alguns Estabelecimentos da Instituição.

A nível de gestão, foi contínua a atenção à avaliação da qualidade e preço dos produtos, centralizada na sede mas com a inestimável colaboração dos coordenadores, e a procura das melhores oportunidades de aquisição.

Continuou-se igualmente a promover as reuniões periódicas entre os Coordenadores da Instituição e entre estes e os serviços da Sede e Provedoria, no sentido de, no respeito pela especificidade de cada resposta e Estabelecimento, se procurarem formas de atuação comuns perante as problemáticas de uma realidade social em constante mutação.

De resto, para além das reuniões habituais dos órgãos sociais e do acompanhamento e orientações diárias que a Mesa Regedora faz da atividade da Instituição, principalmente através da Provedora, foi constante a presença de representantes da Instituição em reuniões com os Parceiros, as entidades oficiais e a União das Misericórdias Portuguesas, da qual esta Misericórdia é fundadora.

Em conclusão, a Mesa Regedora faz uma avaliação positiva da evolução da atividade da Santa Casa da Misericórdia da Maia no exercício de 2018, considerando que a Instituição continuou a mudar vidas e dar um contributo muito relevante, não apenas para os cidadãos diretamente abrangidos pelo apoio social prestado mas também para as respetivas famílias e para a comunidade em geral, constituído um importante fator de coesão social merecedor de maior reconhecimento pela sociedade e pelas Entidades que financiam e tutelam a sua atividade.



AGRADECIMENTOS

A Santa Casa da Misericórdia da Maia, de inspiração católica e humanista, mantém-se fiel aos valores da solidariedade e amor ao próximo que inspiraram um conjunto de 22 saudosos e dedicados Maiatos a fundá-la em 1954, sem qualquer interesse em reconhecimento ou recompensas.


Mas a instituição sabe mostrar-se reconhecida pelas ações que honram os mesmo ideais ou de outro modo contribuem o desenvolvimento da sua Obra e é desse reconhecimento que a Mesa Regedora muito singelamente dá aqui nota.

Em primeiro lugar aos Irmãos, que têm garantido a existência desta Misericórdia ao longo dos anos, que a apoiam e acarinhos, que participam nos seus atos institucionais, que se disponibilizam para voluntária e desinteressadamente servirem nos Corpos Sociais.

Manifestamos também o nosso reconhecimento aos Trabalhadores da Instituição em geral, desde os menos aos mais qualificados, mas cujo trabalho é uma peça importante desta organização, que diariamente dispensam o melhor do seu esforço e carinho, felizmente muitas vezes retribuído pelos utentes e suas famílias. O esforço dos Trabalhadores é reconhecido e a valorização profissional mas em primeiro lugar a manutenção dos postos de trabalho é uma das principais preocupações dos Corpos Sociais da Misericórdia e das razões que os levam perseverar na sua, árdua e muitas vezes ingrata, luta pela sustentabilidade da Instituição.

Do mesmo modo, são dignos de menção os Voluntários, que dedicam o seu tempo, carinho e experiência aos que mais precisam, recebendo apenas em troca – assim o esperamos – a gratidão e a satisfação pessoal pelo seu trabalho em prol dos outros.


Saudamos igualmente os parceiros, que procuram o cumprimento das suas missões em articulação com a Instituição, designadamente a Câmara Municipal da Maia, as Juntas de Freguesias, o Centro de Emprego da Maia, as Escolas, Universidades e Centros de Formação e em especial aqueles que, sem que tal decorra de obrigação contratual ou legal, apoiaram a Misericórdia, financeira ou tecnicamente, nomeadamente todas as empresas ou particulares que concederam donativos ou outros contributos para a Obra da Instituição e que aqui não poderemos mencionar exaustivamente, bem como os cidadãos que destinaram à Misericórdia

M. de
Lopes


parte dos seus impostos através da consignação fiscal. O agradecimento às entidades e empresas engloba naturalmente os dirigentes e profissionais que conosco mais diretamente articularam essa colaboração.

Saudamos finalmente os Utentes e famílias que manifestaram a preferência pelos serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, em especial aqueles que contribuíram para a realização de atividades ou melhoramentos e cooperaram com os Trabalhadores no desempenho da sua difícil missão, seja prestando as informações relevantes para o apoio prestado, seja com a sua compreensão e reconhecimento, seja com o acompanhamento e atenção que dispensaram aos seus familiares utentes e que é essencial e facilitador do sucesso do trabalho desenvolvido.

A todos deixamos a expressão da nossa sentida e profunda gratidão.

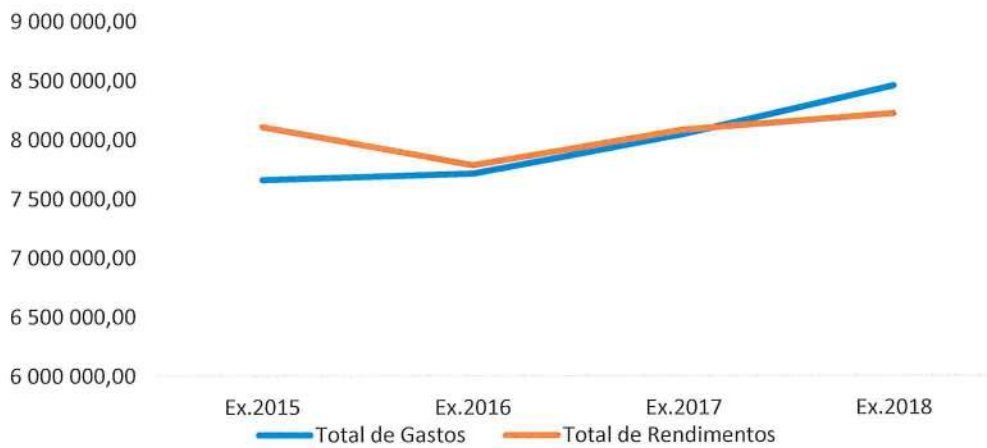
A
ju.
de
bofes


RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten notes and signatures:
A
Lu.
ac
Lages
(Signatures)

INTRODUÇÃO

O exercício de 2018 fica marcado pela inversão de posições entre rendimentos e gastos, passando estes últimos a superar os primeiros. Depois de no exercício de 2015 se ter verificado um resultado positivo atípico (mas motivado pela receita extraordinária que constituiu o pagamento retroativo de rendas pela ARSNORTE), no exercício de 2016 voltou-se à tendência de aproximação dos gastos aos rendimentos.



Efetivamente, os exercícios de 2016 e 2017 tinham já revelado resultados bastante reduzidos, com uma grande proximidade entre gastos e rendimentos. Em 2018 verificou-se que os gastos reforçaram a sua tendência de crescimento, sendo que os rendimentos não evoluíram da mesma forma, gerando-se assim um resultado negativo.

J. M. Alves
[Handwritten signature]

Como se pode constatar no gráfico seguinte, os resultados têm assim sido decrescentes de ano para ano.



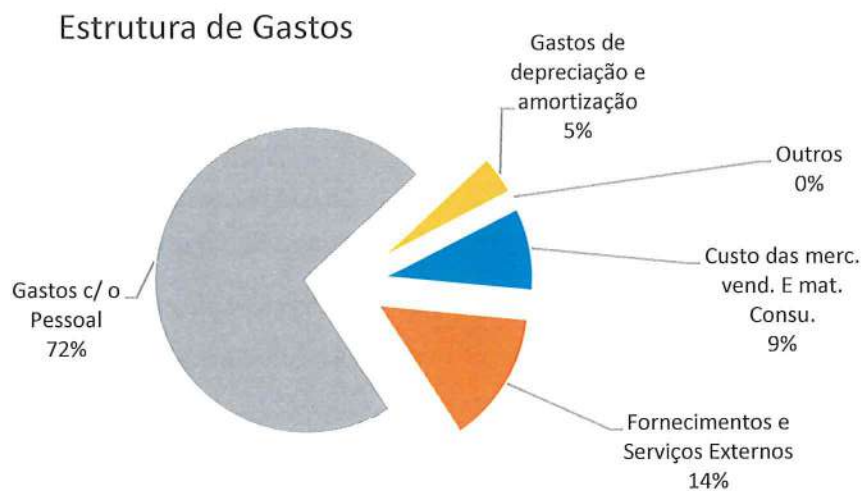
Após um exercício de 2015 com receitas extraordinárias que permitiram um resultado atípico, os exercícios seguintes retomaram a tendência de decréscimo, tendo-se efetivado um resultado positivo de apenas 37.946,83 Euros em 2017. Não é por isso surpreendente que em 2018 o resultado entre em terreno negativo.

Nas páginas seguintes procurar-se-á ilustrar a evolução das diferentes rubricas e a justificação para este resultado em 2018.

M. ac Lopes
[Signature]
[Signature]

A ESTRUTURA DE GASTOS & DE RENDIMENTOS

Do ponto de vista da estrutura de gastos, não se verificaram oscilações relevantes, sendo que os encargos com Pessoal continuam a representar uma clara maioria dos custos, significando 72% do total da despesa da Instituição.



No que toca aos rendimentos, a sua composição também manteve a mesma tendência dos últimos exercícios, com a rubrica de Participações e Subsídios, onde se incluem os apoios da Segurança Social, a conservar a sua posição dominante, significando 60% do total dos rendimentos da Misericórdia. Mais uma vez, juntamente com os proveitos respeitantes à prestação de serviços, estas duas rubricas representam 95% do total dos ganhos.



A. M. sc Lopes
[Handwritten signatures]

EVOLUÇÃO GLOBAL

Na tabela seguinte ilustram-se os montantes das diferentes rubricas de Gastos e Rendimentos nos últimos 4 exercícios.

	Ex.2015	Ex.2016	Ex.2017	Ex.2018
Custo das merc. vend. E mat. Consu.	977 436,04	864 216,19	759 461,33	761 785,15
Fornecimentos e Serviços Externos	927 405,95	929 905,83	1 199 745,42	1 206 971,44
Gastos c/ o Pessoal	5 372 853,37	5 538 511,13	5 704 926,67	6 114 800,32
Gastos de depreciação e amortização	368 785,71	376 683,05	380 076,30	370 051,31
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por redução de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	12 629,29	3 268,09	5 032,55	4 231,36
Gastos e Perdas de Financiamento	2 559,71	3 141,76	2,94	0,00
	7 661 670,07	7 715 726,05	8 049 245,21	8 457 839,58
	Ex.2015	Ex.2016	Ex.2017	Ex.2018
Prestação de Serviços	2 364 714,15	2 487 442,13	2 685 438,64	2 853 601,22
Variações nos Inventários de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para Própria Instituição	0,00	0,00	0,00	0,00
Comparticipações e Subsídios Exploração	4 874 900,31	4 773 435,66	4 907 603,54	4 901 337,68
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos por aumento de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	833 234,81	505 353,75	482 549,22	455 099,08
Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	35 235,43	20 956,28	11 600,64	13 059,31
	8 108 084,70	7 787 187,82	8 087 192,04	8 223 097,29
	Ex.2015	Ex.2016	Ex.2017	Ex.2018
Resultado líquido	446 414,63	71 461,77	37 946,83	-234 742,29

Destaca-se o valor de 833.234,81 Euros em Outros Rendimentos e Ganhos, no exercício de 2015, que contribuiu de forma determinante para o resultado alcançado nesse ano.

Como se observa também neste mapa, a evolução das diversas componentes de ganhos e perdas tem sido coerente ao longo dos últimos anos.

Handwritten notes and signatures:
 J. M.
 ac
 Lopes
 [Signature]
 [Signature]

COMPARAÇÃO FACE AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Comparando o exercício de 2018 com o do ano transato, constata-se que o total de custos aumentou 5,08%, motivado sobretudo pelo crescimento dos Gastos com Pessoal que observaram um crescimento de 7,18%, ultrapassando pela primeira vez a fasquia dos 6 milhões de Euros. Este aumento, embora pouco superior a 7%, significa um incremento de mais de 400 mil Euros nos encargos da Instituição. Tendo em consideração esta variação, pode dizer-se que as variações nas restantes rubricas de gastos não têm grande significado. Do lado dos rendimentos, observou-se um crescimento na rubrica de Prestação de Serviços, tendo a SCMM obtido um proveito 6,26% superior ao alcançado em 2017. No entanto, na componente de participações e subsídios não se verificou o respetivo acompanhamento, tendo-se inclusivamente registado uma ligeira diminuição face ao ano transato. Sendo estas as duas principais rubricas de ganhos, daqui resulta um crescimento manifestamente inferior ao dos gastos, concorrendo assim para um resultado negativo.

	Ex.2017	Ex.2018	Var.%	Var. €
Custo das merc. vend. E mat. Consu.	759 461,33	761 785,15	0,31%	2 323,82
Fornecimentos e Serviços Externos	1 199 745,42	1 206 971,44	0,60%	7 226,02
Gastos c/ o Pessoal	5 704 926,67	6 114 800,32	7,18%	409 873,65
Gastos de depreciação e amortização	380 076,30	370 051,31	-2,64%	-10 024,99
Perdas por imparidade	0,00	0,00	-	0,00
Perdas por redução de justo valor	0,00	0,00	-	0,00
Provisões	0,00	0,00	-	0,00
Outros Gastos e Perdas	5 032,55	4 231,36	-15,92%	-801,19
Gastos e Perdas de Financiamento	2,94	0,00	-100,00%	-2,94
	8 049 245,21	8 457 839,58	5,08%	408 594,37
	Ex.2017	Ex.2018	Var.%	Var. €
Prestação de Serviços	2 685 438,64	2 853 601,22	6,26%	168 162,58
Variações nos Inventários de Produção	0,00	0,00	-	0,00
Trabalhos para Própria Instituição	0,00	0,00	-	0,00
Comparticipações e Subsídios Exploração	4 907 603,54	4 901 337,68	-0,13%	-6 265,86
Reversões	0,00	0,00	-	0,00
Ganhos por aumento de justo valor	0,00	0,00	-	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	482 549,22	455 099,08	-5,69%	-27 450,14
Juros, Dividendos e Rendimentos Similares	11 600,64	13 059,31	12,57%	1 458,67
	8 087 192,04	8 223 097,29	1,68%	135 905,25
	Ex.2017	Ex.2018	Var.%	Var. €
Resultado Líquido	37 946,83	-234 742,29	-718,61%	-272 689,12

A. M. de Aguiar
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Da análise do mapa anterior resulta que a grande variação nos resultados está muito relacionada com os Gastos com Pessoal, cuja variação causa um impacto substancial nos resultados da Santa Casa.

O aumento de encargos com pessoal em relação ao exercício anterior resulta em grande parte de atualizações extraordinárias do salário mínimo nacional, que abrangem um número crescente de trabalhadores. Em 2018 este observou um aumento de 23,00 Euros e que se reflete diretamente nas remunerações certas. Por outro lado, está definido um aumento de 20,00 Euros para 2019, que também tem um impacto nos resultados do exercício em análise, uma vez que os encargos com férias e subsídios de férias a pagar em 2019 estão já provisionados em 2018.

Os referidos aumentos no salário mínimo nacional têm um impacto de mais de trezentos mil euros nos gastos com pessoal no exercício de 2018, justificando em grande parte a variação observada nesta rubrica. Por outro lado, importa ainda referir os encargos associados à

Anos	Valor mensal	
	Salário mínimo agrícola (mensal)	Salário mínimo geral (mensal)
2012	485,0	485,0
2013	485,0	485,0
2014	485,0	485,0
2015	505,0	505,0
2016	530,0	530,0
2017	557,0	557,0
2018	580,0	580,0
2019	600,0	600,0

substituição, cada vez mais frequente à medida que a idade aumenta, de trabalhadores doentes ou acidentados, assim como, em menor grau, os aumentos decorrentes da progressão na carreira em função dos anos de serviço.

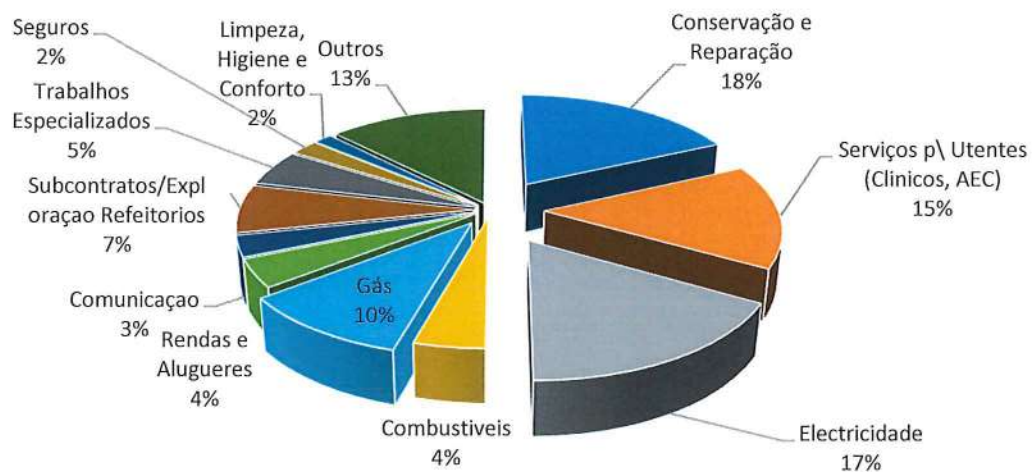
É também de referir como relevante, pelo seu contributo no crescimento dos gastos com pessoal, o funcionamento durante todo o ano do Centro de Dia de Barca (que em 2017 apenas tinha funcionado durante 4 meses), o POAPCM que 2017 só funcionou durante 3 meses e o Contrato Local de Segurança da Maia que não existia em 2017.

A Santa Casa da Misericórdia está sujeita a regulamentação e normativos rigorosos que estabelecem os quadros de pessoal para as diferentes áreas de atuação. O aumento de gastos desta natureza é inevitável e resulta da lei ou das convenções coletivas.

Handwritten notes and signatures:
mu. ae
1000
[Signature]

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Naquela que é a mais heterogénea das contas de custos, verificou-se um crescimento inferior a 1%, revelador de uma gestão rigorosa e um controlo de custos. As grandes fatias desta classe dizem respeito a gastos com energia (eletricidade: 17%, Gás: 10%), os serviços contratados externamente para os utentes, tais como serviços clínicos, assim como às atividades extracurriculares na infância, que representam 15% do total dos FSE (embora compensados pelo pagamento das famílias). Surgem também os gastos com conservação e reparação, que pesam 18%



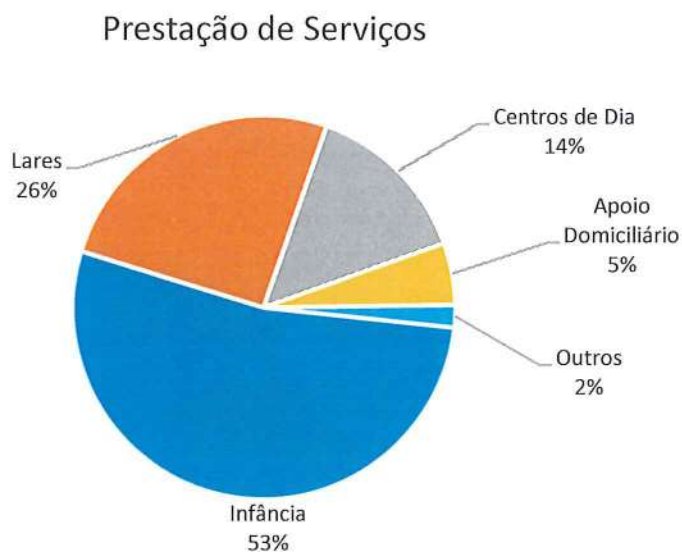
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2017	2018	Var. %
Conservação e Reparação	239 306,33	218 827,44	-9%
Serviços p\ Utentes (Clínicos, AEC)	171 662,98	181 141,21	6%
Electricidade	189 452,68	204 728,02	8%
Combustíveis	47 253,39	50 706,02	7%
Gás	100 886,83	124 399,69	23%
Rendas e Alugueres	54 112,62	48 940,33	-10%
Comunicação	41 909,17	36 506,98	-13%
Subcontratos/Exploração Refeitórios	17 879,42	84 519,54	373%
Trabalhos Especializados	53 011,28	62 359,61	18%
Seguros	52 568,26	26 194,53	-50%
Limpeza, Higiene e Conforto	19 858,02	18 224,33	-8%
Outros	211 844,44	150 423,74	-29%
Total	1 199 745,42	1 206 971,44	0,60%

Salienta-se que a variação observada na rubrica de exploração de refeitórios resulta do funcionamento durante 12 meses em 2018 do Centro de Dia de Barca (em 2017 tinha funcionado apenas 4 meses), assim como da contratação de empresa para assegurar refeições de noite e fins de semana na Casa de Milheirós e noutros estabelecimentos em Agosto.

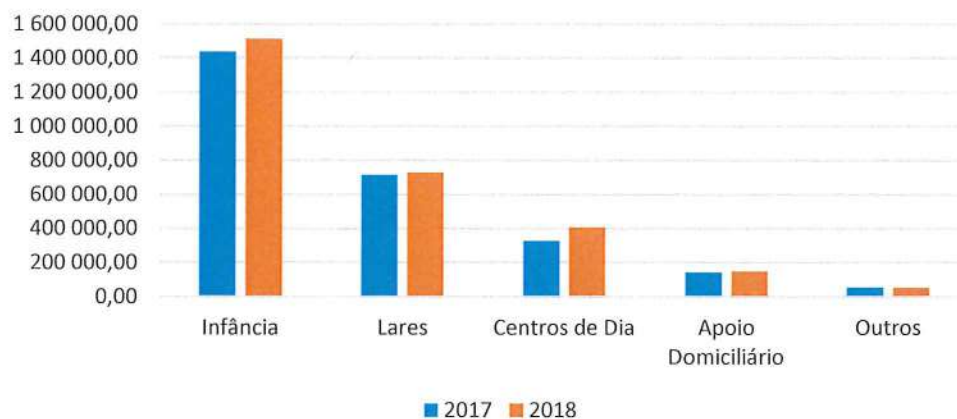
M. de Lopes
[Handwritten signature]

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A rubrica que respeita aos rendimentos provenientes da prestação de serviços aos utentes tem apresentado um comportamento de crescimento ao longo dos anos, quer pela via de um aumento de utentes, quer pela via da atualização de mensalidades. Em termos de estrutura não tem apresentado oscilações relevantes, sendo que a infância representa 53% do total. Os 2 lares significam um montante equivalente a 26%, seguidos pelos Centros de Dia e o Apoio Domiciliário com 14% e 5% respetivamente.



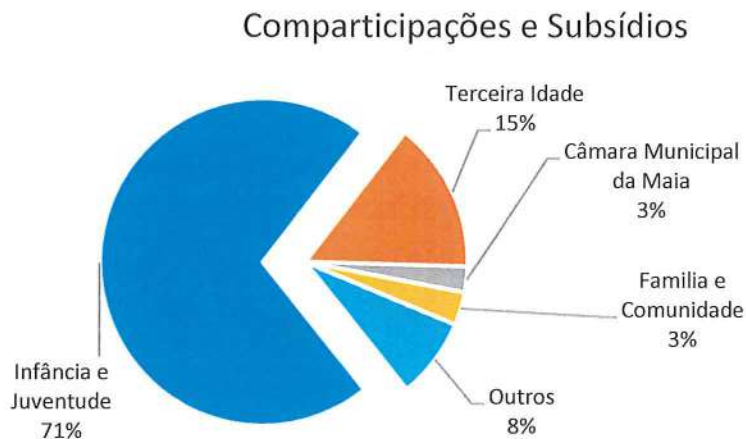
Comparando com o exercício anterior observa-se um crescimento, sendo mais pronunciado na infância, motivado pelo aumento das participações das famílias nas atividades extracurriculares, a abertura dos infantários no mês de Agosto, assim como os 12 meses de funcionamento do CD de Barca. De referir que a rubrica de prestação de serviços, no seu global, aumentou 6,26%.



Lu. ac
log/es
[Signature]

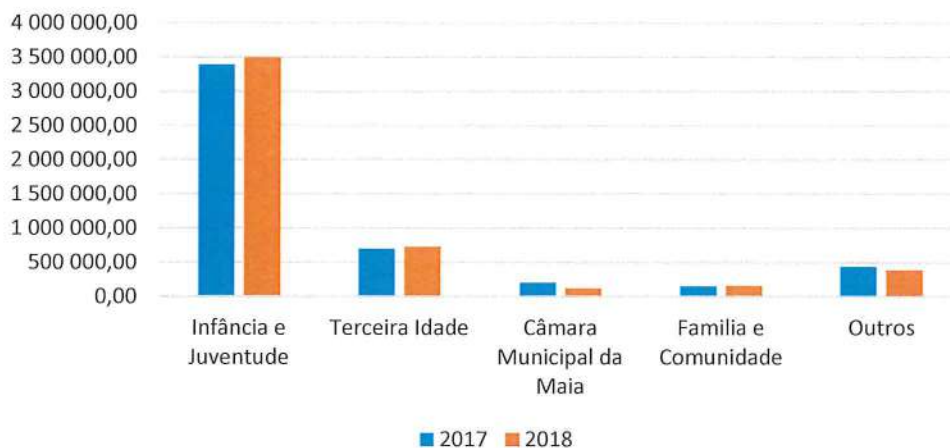
COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS

Esta é a rubrica com maior relevância na estrutura de rendimentos da Santa Casa da Misericórdia da Maia e inclui as participações da Segurança Social para Creches/Jardins de Infância, Centros de Dia, Lares, Apoio Domiciliário, entre outras. A grande fatia desta rubrica diz respeito aos montantes referentes à Infância, representando 71% do total.



Ainda no domínio dos apoios da Segurança Social, realce-se também as participações para os serviços de apoio à terceira idade que significa 15% do total desta conta. Destaque também para o apoio da Câmara Municipal da Maia, cujo suporte tem um peso de 3% no total dos subsídios à exploração.

A fatia de outros é composta por montantes com menos relevância, que em conjunto significam 8%, tais como subsídios do IEFP para os CEI e estágios profissionais, Juntas de Freguesia, valores referentes a projetos financiados (Escolhas, POAPMC) e ainda os apoios ao serviço RSI.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

O BALANÇO

A 31 de dezembro de 2018 a situação patrimonial da Santa Casa da Misericórdia da Maia não apresenta variações significativas face aos exercícios anteriores.

Ao nível do passivo, constata-se um aumento pouco expressivo de 3,8% e que continua a ser de natureza corrente, isto é, são referentes a montantes de curto prazo e associados a fornecedores correntes, contribuições para a segurança social, entre outros.

No que respeita ao ativo, verifica-se uma diminuição da rubrica de ativos fixos e que é decorrente na normal depreciação temporal dos bens. Do ponto de vista dos ativos correntes são também montantes de muito curto prazo relacionados com stocks em trânsito e valores a receber.

No que toca aos capitais próprios, é sem surpresa que, com o resultado negativo do exercício, estes apresentem um decréscimo face a 2017.

RÁCIOS FINANCEIROS		
	Ano 2018	Ano 2017
Autonomia Financeira	0,89	0,90
Grau Dependência	0,12	0,11
Solvabilidade	8,17	8,83

Analisando os rácios financeiros da última tabela, conclui-se que as variações no Balanço não têm um impacto significativo na situação financeira da Instituição. A autonomia financeira apresenta uma ligeira diminuição sem relevância e, da mesma forma, a diminuta importância aplica-se ao grau de dependência e à solvabilidade da Santa Casa. Esta continua a não apresentar necessidades de financiamento externo, tendo a sua capacidade de autofinanciamento assegurada.

A. M. ac
Lo/Es
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

Na análise que se faz à atividade económica e social da Misericórdia, não se pode nunca esquecer a natureza desta Instituição, cuja atividade não tem qualquer fim lucrativo. Aliás, bem pelo contrário, é sua missão privilegiar o apoio aos mais carenciados.

No entanto, é sempre importante garantir a sua sustentabilidade financeira, de forma que possa desenvolver a sua atividade, honrando os seus compromissos perante fornecedores, Estado e naturalmente os seus utentes.

A Misericórdia tem feito um esforço notável e bem sucedido no sentido de otimizar os seus gastos, não podendo naturalmente ter o mesmo sucesso no que se refere aos custos com pessoal, uma vez que a sua gestão deriva de imperativos legais que levam ao seu aumento, ano após ano. Por outro lado, é também muito difícil obter aumentos de rendimentos, havendo uma natural limitação neste ponto. Assim, e tendo em consideração a evolução económica da Santa Casa nos últimos anos, mas também das IPSS a nível nacional, não é surpreendente que o exercício de 2018 apresente um resultado negativo.

De referir, contudo, que a SCMM continua a apresentar uma situação sólida e coesa e que encara o futuro com determinação, pronta, como sempre esteve, para superar as dificuldades.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, negativo no valor de -234.742,29 euros, será transferido para a conta de Resultados Transitados.

Am. de
Lges
[Signature]
[Signature]

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO (modelo geral)

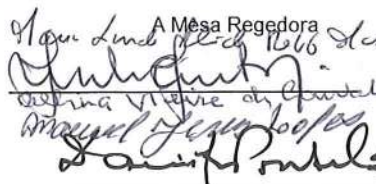
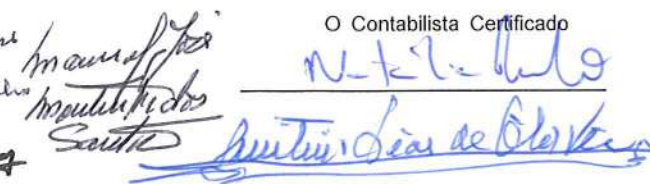
EUR Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		31 DEZ	EX 2018	31 DEZ	EX 2017
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5.2 / 16	9 321 645,69		9 514 705,12	
Propriedades de investimento		0,00		0,00	
Goodwill		0,00		0,00	
Ativos intangíveis		0,00		0,00	
Ativos biológicos		0,00		0,00	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00		0,00	
Outros investimentos financeiros		21 876,13		15 335,05	
Créditos a Receber		0,00		0,00	
Ativos por impostos diferidos		0,00		0,00	
		9 343 521,82		9 530 040,17	
Ativo corrente					
Inventários	8	30 281,32		37 585,30	
Ativos biológicos		0,00		0,00	
Clientes	14	31 410,79		24 167,46	
Estado e outros entes públicos		0,00		0,00	
Capital subscrito e não realizado		0,00		0,00	
Outros créditos a receber	21.1	409 190,74		398 828,54	
Diferimentos	16	21 846,85		9 947,03	
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00		0,00	
Outros ativos financeiros		0,00		0,00	
Ativos não correntes detidos para venda		0,00		0,00	
Caixa e depósitos bancários	4.2	2 496 776,27		2 739 392,02	
		2 989 505,97		3 209 920,35	
Total do ativo		12 333 027,79		12 739 960,52	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundo					
Fundo	17	3 289 089,85		3 289 089,85	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00		0,00	
Prémios de emissão		0,00		0,00	
Reservas legais		0,00		0,00	
Outras reservas		0,00		0,00	
Resultados transitados	18	6 385 984,13		6 348 037,30	
Excedentes de revalorização		0,00		0,00	
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	19	1 547 546,26		1 769 164,32	
Resultado líquido do período	26	-234 742,29		37 946,83	
Interesses que não controlam		0,00		0,00	
Total do capital próprio		10 987 877,95		11 444 238,30	
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		0,00		0,00	
Financiamentos obtidos		0,00		0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00		0,00	
Passivos por impostos diferidos		0,00		0,00	
Outras dívidas a pagar		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
Passivo corrente					
Fornecedores	20	107 320,72		110 888,89	
Adiantamento de clientes		0,00		0,00	
Estado e outros entes públicos	15	277 390,43		259 252,03	
Financiamentos obtidos		0,00		0,00	
Outras dívidas a pagar	21.2	795 357,73		686 272,02	
Diferimentos	16	165 080,96		239 309,28	
Passivos financeiros detidos por negociação		0,00		0,00	
Outros passivos financeiros		0,00		0,00	
Passivos não correntes detidos para venda		0,00		0,00	
		1 345 149,84		1 295 722,22	
Total do passivo		1 345 149,84		1 295 722,22	
Total do capital próprio e do passivo		12 333 027,79		12 739 960,52	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Mesa Regedora

 O Contabilista Certificado


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)

UNIDADE MONETÁRIA(1)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EUR PERÍODOS	
		EX 2018	EX 2017
Vendas e serviços prestados	13	2 853 601,22	2 685 438,64
Subsídios à exploração	9	4 901 337,68	4 907 603,54
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-761 785,15	-759 461,33
Fornecimentos e serviços externos	12	-1 206 971,44	-1 199 745,42
Gastos com o pessoal	11	-6 114 800,32	-5 704 926,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	25	455 099,08	482 549,22
Outros gastos	24 / 22	-4 231,36	-5 035,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		122 249,71	406 422,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.3	-370 051,31	-380 076,30
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-247 801,60	26 346,19
Juros e rendimentos similares obtidos	23	13 059,31	11 600,64
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-234 742,29	37 946,83
Impostos sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	26	-234 742,29	37 946,83

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Mesa Regedora

O Contabilista Certificado

Manoel André de S. B. da M.
 Manuel Jesus Lopes
 Manuel José de Carvalho

N. T. C. R. M.

Manoel José de S. B. da M.
 Manuel José de Carvalho
 Manuel Jesus Lopes

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Montantes expressos em Euros)

7 m. ac do/ps
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ÍNDICE

1. Identificação da Entidade	43
Exercício de 2018 Introdução	43
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	43
2.1 Enquadramento	43
2.2 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória	43
3. Principais Políticas Contabilísticas	44
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras	44
3.2 Outras Políticas Contabilísticas relevantes	46
4. Fluxos de caixa	47
4.1 Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	47
5. Ativos Fixos Tangíveis	47
5.1 Divulgações Gerais	47
5.2 Valorização das várias classes	48
5.3 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados	48
6. Propriedades de Investimento	48
7. Investimentos em Curso	48
8. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	48
9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	49
10. Provisões	49
11. Gastos com Pessoal	49
11.1 Valores gastos	49
11.2 Pessoal ao Serviço da Instituição	50
11.3 Número Médio de Utentes	52
12. Fornecimentos e Serviços Externos	53
13. Rédito	53
13.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito	53
13.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período	53
14. Clientes	54
15. Estado e Outros Entes Públicos	54
16. Diferimentos	54
17. Capital	55
17.1 Fundo Social	55
18. Resultados Transitados	55
19. Outras Variações no Capital Próprio	55
19.1 Subsídios	55
20. Fornecedores	55

J. M. de
dores
J.
ef

21.	Outras Contas a Pagar e a Receber	55
21.1	Outros Devedores	55
21.2	Outros Credores	56
22.	Juros e Gastos financeiros suportados	56
23.	Juros e Ganhos financeiros obtidos	56
24.	Outros Gastos e Perdas	57
25.	Outros Rendimentos e Ganhos	57
26.	Resultado líquido do período	57
27.	Outras divulgações exigidas por diploma legal	58
27.1	Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	58
28.	Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício	58
29.	Aprovação das Demonstrações Financeiras	58

Luís de Jesus


1. Identificação da Entidade

Exercício de 2018 | Introdução

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Maia, também designada Santa Casa da Misericórdia da Maia, ou simplesmente Misericórdia da Maia, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica em 1954, com sede na Avenida Visconde Barreiros, na Freguesia da Cidade da Maia, Concelho da Maia, e que tem como objetivo satisfazer carências sociais e a prática de atos de culto católico.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas:

- Assuntos sociais e de apoio social;
- Ensino e formação profissional;
- Cultura e culto;
- Bem-estar e ambiente;
- Gestão do património.

As receitas mais significativas são obtidas das áreas de apoio social bem como as resultantes de donativos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício findo a 31 de dezembro de 2018 foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL.

2.2 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória

Durante o exercício de 2012 a Santa Casa da Misericórdia da Maia passou a utilizar o SNC-ESNL tendo reexpresso as demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de dezembro de 2011 para este normativo para efeitos de comparabilidade.

Na sequência da transição, os subsídios ao investimento, reconhecidos como proveitos diferidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, anteriormente em vigor, passaram a ser reconhecidos numa rubrica de Capital Próprio.

*de
100/103*


3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

a) Ativos Fixos Tangíveis:

Os bens dos ativos fixos, recebidos por herança, doação ou adquiridos até 1 de Janeiro de 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data estão contabilizados pelo respetivo custo histórico.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de Janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definido no Decreto Regulamentar nº2/90, de 12 de janeiro.

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

Os ativos adquiridos após 1 de janeiro de 2012 são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, tal como definido, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

b) Investimentos Financeiros:

As participações de capital, quotas sociais, ações e outras aplicações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das perdas de imparidade para que o valor contabilístico, ou seja, o valor nominal se aproxime do valor de mercado.

c) Propriedades de Investimento:

A Misericórdia da Maia, derogou a NCRF-ESNL aplicando supletivamente o Sistema de Normalização Contabilístico relativamente à norma das propriedades de investimento, por ser entendimento de que desta forma as demonstrações financeiras apresentam de melhor forma a imagem da entidade e das suas operações.

Foi aplicado o modelo do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de janeiro para propriedades de investimento adquiridas entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2011, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

F. M.
ae
Lojes
[Signature]
[Signature]

Para as aquisições posteriores as taxas de depreciação utilizadas são as constantes, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

O justo valor das propriedades de investimento não é aqui divulgado por não se ter ainda promovido a avaliação dos imóveis da Misericórdia da Maia.

d) Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Santa Casa da Misericórdia da Maia irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

e) Especialização dos exercícios:

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

f) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

que Lopes
[Handwritten signatures]

São reconhecidas provisões apenas quando a Santa Casa da Misericórdia da Maia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa da Misericórdia da Maia e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2 Outras Políticas Contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas a destacar.

Handwritten signatures and initials:
A M.
ave
Loo/es
S
ref

4. Fluxos de caixa

4.1 Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor de 461.420,70 euros do saldo de caixa e seus equivalentes, à data de 31/12/2018, encontra-se totalmente disponível para uso, está integralmente constituído sob a forma de caixa, depósito bancário à ordem e outras aplicações.

O valor de 2.014.843,27 euros não se encontra totalmente disponível para uso dado que se encontra sob a forma de depósitos a prazo.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de disponibilidades decompunha-se como se segue:

	Ex. 2017	Ex. 2018
Caixa	3 945,20 €	4 133,47 €
Depósitos à ordem	507 876,52 €	477 799,53 €
Outros depósitos bancários	2 227 570,30 €	2 014 843,27 €
Total	2 739 392,02 €	2 496 776,27 €
Caixa + DO	511 821,72	481 933,00

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Divulgações Gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 1990 baseou-se numa avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo de aquisição.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de Janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definidos no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro. As depreciações dos ativos fixos adquiridos posteriormente a 31 de dezembro de 2011 foram calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

5.2 Valorização das várias classes

Classe de ativos \ Valores apurados	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total	
Início do período	Valor bruto escriturado	542 520,94 €	14 359 991,24 €	1 544 827,45 €	987 480,56 €	655 077,39 €	236 029,13 €	18 325 926,71 €
	Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	- €	5 736 732,27 €	1 412 253,05 €	824 395,55 €	623 300,55 €	214 540,17 €	8 811 221,59 €
	Aquisições	- €	34 180,73 €	8 451,18 €	48 234,68 €	12 153,79 €	479,00 €	103 499,38 €
	Alienações	- €	- €	- €	29 685,39 €	- €	-	29 685,39 €
Período	Depreciação do período	- €	264 081,77 €	30 973,32 €	59 715,86 €	12 147,54 €	3 132,82 €	370 051,31 €
	Outras alterações	- €	-	-	-	-	-	- €
Fim do período	Valor bruto escriturado	542 520,94 €	14 394 171,97 €	1 553 278,63 €	1 006 029,85 €	667 231,18 €	236 508,13 €	18 399 740,70 €
	Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	- €	6 000 814,04 €	1 443 226,37 €	854 426,02 €	635 448,09 €	217 672,99 €	9 151 587,51 €
	Total	542 520,94 €	8 393 357,93 €	110 052,26 €	151 603,83 €	31 783,09 €	18 835,14 €	9 248 153,19 €

5.3 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados

Foi reconhecido nos resultados um valor de depreciações de 370.051,31 euros (trezentos e setenta mil e cinquenta e um euros e trinta e um cêntimos), respeitantes a ativos fixos tangíveis.

5.4 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de ativos fixos tangíveis ascenderam a 9.151.587,51€ (nove milhões, cento e cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos).

6. Propriedades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2016 as propriedades de investimento foram reclassificadas e consideradas em ativos fixos tangíveis, de acordo com o normativo contabilístico.

7. Investimentos em Curso

Em 31 de dezembro de 2018 o valor dos investimentos em curso é de 73.492,50 euros, relativos aos estudos e projetos do Palacete do Lage.

8. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Em 31 de dezembro de 2018 o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, decompunha-se como se segue:

	Ex. 2017	Ex. 2018
Existência Inicial	47 144,55 €	37 585,30 €
Compras	749 902,08€	754 481,17 €
Reclassificação e Regularização	- €	- €
Inventário Final	37 585,30 €	30 281,32 €
Total	759 461,33 €	761 785,15 €

9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

As comparticipações do Centro Regional de Segurança Social do Porto, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidas de acordo com o número de utentes dos serviços comparticipados por esta entidade.

	Ex. 2017	Ex. 2018
Infância e Juventude	3 395 910,17 €	3 496 406,59 €
Família e Comunidade	156 026,17 €	159 458,04 €
Terceira Idade	703 271,49 €	732 219,43 €
Programa Emergência Alimentar	126 885,00 €	60 785,00 €
IEFP	81 431,64 €	80 165,33 €
Projeto Escolhas	114 057,17 €	76 267,71 €
R S I	101 590,11 €	103 663,60 €
POAPMC	16 921,99 €	27 687,96 €
Câmara Municipal da Maia	208 509,80 €	124 999,65 €
Junta de Freguesia	3 000,00 €	3 125,00 €
Outras entidades-CLS		36 559,37 €
Total	4 907 603,54 €	4 901 337,68 €

10. Provisões

O exercício de 2018 iniciou-se e concluiu-se sem que se verifique a existência de qualquer provisão.

11. Gastos com Pessoal

11.1 Valores gastos

O valor total desta rubrica totaliza 6.114.800,32 €, repartido da seguinte forma:

	Ex. 2017	Ex. 2018
Remunerações Certas	4 425 274,82 €	4 726 564,37 €
Remunerações Adicionais	160 434,11 €	176 769,20 €
Indemnizações	30 257,44 €	15 651,44 €
Encargos s/remunerações	1 003 743,06 €	1 071 565,01 €
Seguro Ac Trabalho	73 410,75 €	108 715,98 €
Outros gastos	11 806,49 €	15 534,32 €
Total	5 704 926,67 €	6 114 800,32 €

*S. M. de
Lopes*
[Handwritten signature]

11.2 Pessoal ao Serviço da Instituição

SEDE

Categoria	2018
Escriturárias	7+1*
Consultor Jurídico	1
Motorista	2
Ajudante Motorista	1
Serviços Gerais	2

* Tempo Parcial

** Prestação de serviços de jan a maio

PROJECTO ESCOLHAS (RE) CRIAR

Categoria	2018
Coordenadora Técnica	1
Monitor CID	1
Dinamizador Comunitário	1*
Escriturária	1
Tec. Sup. Serviço Social	1

* Tempo Parcial

INFÂNCIA E JUVENTUDE

INFANTÁRIOS	Educadora de Infância	Ajud. Ação Educativa	Cozinheira	Ajudante de Cozinha	Roupeira	Serviços Gerais	Escriturária	Motorista	Monitor	Aj. Ocupação
Centro de Anim. Inf. Vermoim	7	10	0	1	1	3	1	1+1*	2	-
Infantário da Guarda	5	9	1	1	-	2	-	-	-	-
Infantário de Gondim	4	5	1	1	-	1	-	-	-	-
Infantário de Nogueira	6	9	1	1	-	2	-	-	-	-
Infantário de Catassol	5	9	1	1	1	3	-	-	-	-
Infantário de S. Pedro Fins	4	8	1	1	-	2	-	-	-	-
Infantário de Crestins	5	10	1	1	-	2	-	-	-	1
Infantário de Pedrouços	5	9	1	1	-	2	-	-	-	-
Infantário de Águas Santas	5	9	1	1	-	2	-	-	-	-
Infantário de St M ^a de Avioso	6	9	1	1	-	2	1	-	-	-
Infantário de Águas Santas II	5	9	1	1	-	2	-	-	-	-
Infantário de Milheirós	5	9	1	1	-	2	-	-	-	-
Creche St. Luzia	4	8	1	1	-	2	-	-	-	-

* Tempo parcial

TERCEIRA IDADE

	Educadora Social	Gerontólogo	Técnica Superior Serviço Social	Animador Cultural	Ajudante Lar / Centro Dia	Aj. Familiar	Cozinheira	Aj. Cozinha	Motorista	Serviços Gerais	Psicomotricista	Escriturária	Encarregada Sector	Assist. Administrativo
Centro Social de Milheirós	1	-	1*	1	11	6	-	1	2	1	4	-	-	1
Centro de Dia de Pedrouços	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Centro de Dia de Crestins	1	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-
Centro Social da Guarda	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Lar Prof. José Vieira de Carvalho	-	1	1	1	26**	10	6	3	5	1	4	1	1+1*	1
Centro Dia Silva Escura	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Centro de Dia Sta M. Avioso	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Dia de Barca	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-

* Tempo Parcial

**1 Ajudante de lar a tempo parcial

EQUIPA DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Categoria	Nº de Funcionários
Técnica Superior Serviço Social	1
Sociólogo	2
Animador Cultural	2
Monitor	3
Escriturária	2
Cozinheira	2
Aj. Cozinha	2
Serviços Gerais	5
Aj. Familiar / Domicil.	4
Psicólogo	1
Roupeira	1

EQUIPA DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Categoria	Nº de Funcionários
Téc. Superior Serviço Social	1
Educadora Social	1
Psicóloga	2
Aj. Acção Direta	2

POAPMC

Categoria	Nº de Funcionários
Educadora Social	1
Empregado de Armazém	1

Handwritten notes and signatures:
J. M. - ac
boles
[Signatures]

CLSM

Categoria	Nº de Funcionários
Educadora Social	1
Ajudante de Ação Direta	1

11.3 Número Médio de Utentes

INFÂNCIA / JUVENTUDE

	N.º Médio de Utentes-2017	N.º Médio de Utentes-2018
Centro Animação Infância de Vermoim	161	149
Infantário da Guarda	98	103
Infantário de Gondim	72	72
Infantário de Nogueira	100	97
Infantário de Catassol	108	109
Infantário de S. Pedro Fins	90	88
Infantário de Crestins	98	102
Infantário de Pedrouços	104	104
Infantário de Águas Santas I	97	92
Infantário de Sta M ^a de Avioso	105	106
Infantário de Águas Santas II	95	95
Infantário de Milheirós	103	102
Creche St ^a Luzia	65	70

TERCEIRA IDADE

	N.º Médio de Utentes-2017	N.º Médio de Utentes-2018
Centro de Dia	177	183
Apoio Domiciliário	121	121
Lar	66	66

CENTROS COMUNITÁRIOS

	N.º Médio de Utentes-2017	N.º Médio de Utentes-2018
Vila Nova da Telha	125	125
Sobreiro	100	100

J. M. - ae Lopes
[Handwritten signatures]

12. Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica neste exercício é de 1.206.971,44€ repartido da seguinte forma:

	Ex. 2017	Ex. 2018
Subcontratos	17 879,42 €	84 519,54 €
Conservação e reparação	239 306,33 €	218 827,44 €
Eletricidade	189 452,68 €	204 728,02 €
Trabalhos Especializados	53 011,28 €	62 359,61 €
Honorários	36 892,95 €	25 010,46 €
Comissões	6 150,00 €	
Comissões bancárias	2 450,73 €	2 093,97 €
Combustíveis	47 253,39 €	50 706,02 €
Rendas e alugueres	54 112,62 €	48 940,33 €
Comunicação	41 909,17 €	36 506,98 €
Encargos com utentes	171 662,98 €	181 141,21 €
Seguros	52 568,26 €	26 194,53 €
Vigilância e Segurança	13 107,46 €	13 605,04 €
Água	35 808,50 €	37 217,97 €
Gás	100 886,83 €	124 399,69 €
Limpeza, Higiene e Conforto	19 858,02 €	18 224,33 €
Material de escritório	19 302,78 €	20 672,07 €
Ferramentas e Utensílios	39 730,25 €	14 932,67 €
Artigos para oferta	16 850,61 €	9 508,11 €
Deslocações (portagens, almoços, praia)	3 545,04 €	4 545,10 €
Publicidade	7 361,60 €	3 364,95 €
Condomínio	923,10 €	888,42 €
Contenciosos e notariado	1 324,13 €	767,60 €
Despesas animais/jardins	14 703,43 €	9 363,15 €
Material p/ act. Ludico-pedag.	10 857,75 €	7 504,80 €
Rouparia	2 247,47 €	
Outros	588,64 €	949,43 €
Total	1 199 745,42 €	1 206 971,44 €

13. Rédito

13.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

13.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

- Venda de bens: 0,00 euros
- Prestação de serviços: 2.853.601,22 Euros
- Juros: 13.059,31 Euros

7 m. de todos
[Handwritten signature]

No quadro seguinte detalha-se a prestação de serviços durante 2018:

	Ex. 2017	Ex. 2018
Creches	591 918,89 €	629 728,84 €
Jardim infância	847 023,56 €	884 009,70 €
ATL	30 114,68 €	25 707,27 €
Lares	716 649,15 €	730 185,35 €
Centros Dia	328 412,59 €	406 547,78 €
Apoio domiciliário	144 729,30 €	149 212,83 €
Quotizações	10 796,26 €	11 350,00 €
Serviços Sociais	7 583,53 €	10 046,77 €
Outros	8 210,68 €	6 812,68 €
Total	2 685 438,64 €	2 853 601,22 €

14. Clientes

A rubrica de clientes constante do Ativo, com um saldo devedor de 31.410,79 (trinta e um mil, quatrocentos e dez euros e setenta e nove cêntimos) diz respeito a valores de mensalidades não pagas pelos utentes nas várias valências até 31 de dezembro de 2018.

15. Estado e Outros Entes Públicos

A 31/12/2018 os saldos credores referentes à rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» constantes do Passivo dizem respeito a:

	Ex. 2017	Ex. 2018
IRS Dependentes	50 494,00 €	53 689,00 €
IRS Independente	272,87 €	231,89 €
Contribuição da Segurança Social	208 485,16 €	223 469,54 €
Sobretaxa	- €	- €
Total	259 252,03 €	277 390,43 €

16. Diferimentos

A rubrica de diferimentos apresenta a 31/12/2018 um saldo devedor no valor de 21.846,85€ (vinte e um mil, oitocentos e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), constante do Ativo, que corresponde ao diferimento de gastos associados a outros gastos a reconhecer, relativos ao aluguer de equipamentos (6.199,61€) e seguros (15.647,24€) que serão reconhecidos no exercício seguinte.

O valor registado a crédito, 165.080,96€ (cento e sessenta e cinco mil e oitenta euros e vinte e noventa e seis cêntimos), corresponde a:

	Ex. 2017	Ex. 2018
Subsídios à exploração	77 124,18 €	9 545,39 €
Contrato alojamento Utente	46 330,99 €	37 150,52 €
Outros Rendimentos	115 854,11 €	118 385,05 €
Total	239 309,28 €	165 080,96 €

J. M. de Loges
[Handwritten signature]

O valor de 118.385,05 euros, em outros rendimentos, diz respeito a pagamentos efetuados pelos utentes e irmãos em 2018, mas referentes ao exercício de 2019, ou seja, serão reconhecidos como rendimentos do próximo exercício.

17. Capital

17.1 Fundo Social

O valor do Fundo Social, no valor de 3.289.089,85€ (três milhões duzentos e oitenta e nove mil e oitenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), foi apurado em 1990, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89 de 3 de Março, que aprovou o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social”.

Assim, a Situação Patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos ativos da Instituição de acordo com os princípios contabilísticos referidos acima e do registo dos seus passivos.

18. Resultados Transitados

O valor inscrito na rubrica de «Resultados Transitados» de 6.385.984,13 (seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro euros e treze cêntimos), respeita aos resultados positivos dos exercícios anteriores.

19. Outras Variações no Capital Próprio

19.1 Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido à Instituição, para financiamento de Ativos Fixos Tangíveis, são registados na rubrica de outras variações de capital próprio, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis.

20. Fornecedores

O montante inscrito na rubrica do Passivo «Fornecedores» diz respeito a faturas emitidas em Dezembro, ou seja, reflete a conta corrente de fornecedores, não havendo qualquer valor que não seja de curto prazo.

21. Outras Contas a Pagar e a Receber

21.1 Outros Devedores

O montante inscrito na rubrica do ativo, no valor final de 409.190,74€ (quatrocentos e nove mil, cento e noventa euros e setenta e quatro cêntimos), diz respeito a:

	Devedores por Acréscimos de Rendimentos	Outros Devedores	Total
Saldo Abertura	- €	- €	- €
Aumentos	190 412,03 €	420 510,69 €	610 922,72 €
Diminuições	47 384,07 €	154 347,91 €	201 731,98 €
Saldo Final	143 027,96 €	266 162,78 €	409 190,74 €

O valor inscrito na rubrica "Outros Devedores" refere-se a montantes a receber do projeto Pares, POAPMC, assim como do Projeto Escolhas.

21.2 Outros Credores

O montante inscrito na rubrica do passivo, no valor final de 795.357,73€ (setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete euros e setenta e três cêntimos), diz respeito a:

	Fornecedores de Investimentos	Acréscimo de Gastos	Outros Credores	Total
Saldo Abertura	- €	- €	- €	- €
Aumentos	57 032,56 €	1 754 589,44 €	55 614,62 €	1 867 236,62 €
Diminuições	57 032,56 €	1 008 856,33 €	5 990,00 €	1 071 878,89 €
Saldo Final	- €	745 733,11 €	49 624,62 €	795 357,73 €

Na rubrica - Acréscimos de gastos (estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos, eletricidade, comunicação): 745.733,11€, salienta-se o peso dos encargos com o pessoal resultante da necessidade de constituir uma estimativa para pagamento de férias e subsídio de férias.

22. Juros e Gastos financeiros suportados

Durante o exercício a entidade suportou juros e gastos financeiros no montante de:

	2017	2018
Juros suportados	2,94 €	3,81 €
Total	2,94 €	3,81 €

23. Juros e Ganhos financeiros obtidos

Durante o 2018 a entidade obteve juros e ganhos financeiros no montante de:

	2017	2018
Juros Obtidos Depósitos	11 600,64 €	13 059,31 €
Total	11 600,64 €	13 059,31 €

*J. M. - ac
bofes*
[Signature]
[Signature]

24. Outros Gastos e Perdas

Durante o exercício de 2018 esta rubrica ascendeu a:

	2017	2018
Impostos	1 061,94 €	2 435,55 €
Outros Gastos	3 970,61 €	1 792,00 €
Total	5 032,55 €	4 227,55 €

A rubrica de outros gastos inclui sobretudo um valor relativo a donativos a associações (mil quinhentos e quarenta euros), entre outros gastos de valor pouco significativo.

25. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante o exercício de 2018 esta rubrica ascendeu a:

	2017	2018
Rendimentos Suplementares	162 570,44 €	144 706,84 €
Desconto p.p. obtidos	89,93 €	154,33 €
Ganhos inventários	42 892,47 €	50 335,77 €
Outros Rendimentos e ganhos	276 996,38 €	259 902,14 €
Total	482 549,22 €	455 099,08 €

Os rendimentos suplementares, acima refletidos, referem-se, entre outros, a rendas de imóveis, vendas e cedências diversas e donativos.

Os ganhos em inventários refletem alimentos recebidos do Banco Alimentar. Nesta operação a Santa Casa da Misericórdia da Maia opera não só como beneficiária, mas sobretudo como intermediária, uma vez que uma parte dos alimentos se destinam a ser distribuídos por famílias carenciadas do Concelho.

Os outros rendimentos e ganhos são maioritariamente constituídos pela imputação de subsídios ao investimento.

26. Resultado líquido do período

O resultado líquido do período do ano de 2018, negativo no valor de 234.742,29€ (duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e dois euros e vinte e nove cêntimos), será transferido, no exercício económico seguinte, para a conta de resultados transitados.

Luís
Luís
Luís
Luís

27. Outras divulgações exigidas por diploma legal

27.1 Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida em mora ao Estado e Outros entes Públicos, incluindo a segurança social.

28. Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício

Após o termo do exercício económico em análise não ocorrem acontecimentos considerados relevantes que implicassem a sua divulgação.

29. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Regedora e autorizadas para emissão em 8 de março de 2019. A aprovação final fica ainda sujeita à concordância da assembleia-geral.

M. Lopes
[Signature]
[Signature]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

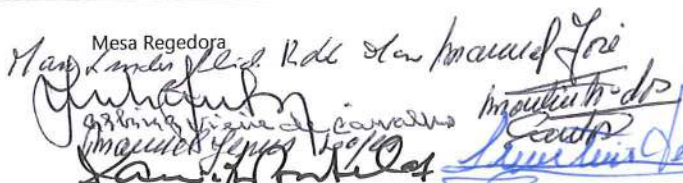
Demonstração Fluxos de Caixa

Entidade Santa Casa Misericórdia da Maia
Exercício 2018

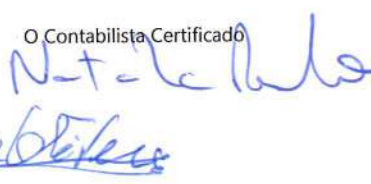
NIF 501217851

(em euros)

Rubricas	2018	2017
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes +	2 738 893,55 €	2 564 455,95 €
Pagamentos a fornecedores -	(1 010 129,83 €)	(749 504,55 €)
Pagamentos ao pessoal -	(5 139 526,34 €)	(5 363 236,11 €)
Fluxo gerado pelas operações	(3 410 762,62 €)	(3 548 284,71 €)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional -	3 309 046,47 €	3 614 574,06 €
Fluxos das actividades operacionais (1)	(101 716,15 €)	66 289,35 €
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		
Activos Fixos Tangíveis	(157 214,71 €)	(403 222,66 €)
Activos Intangíveis		(7 965,50 €)
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros		
Activos Fixos Tangíveis	1 250,00 €	53 000,00 €
Activos Intangíveis		
Outros activos	2 460,32 €	2 046,93 €
Subsídios para investimentos		
Juros e rendimentos similares	12 604,79 €	11 600,64 €
Dividendos		
Fluxos das actividades de investimento (2)	(140 899,60 €)	(344 540,59 €)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos das actividades de financiamento (3)	0,00 €	0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(242 615,75 €)	(278 251,24 €)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00 €	
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 739 392,02 €	3 017 643,26 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 496 776,27 €	2 739 392,02 €

Mesa Regedora


O Contabilista Certificado



J. M. ac
lopes
[Signature]
[Signature]

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Santa Casa Misericórdia da Maia

Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

Notas	Fundos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2017	3 289 089,85	0,00	0,00	6 325 183,89	1 980 973,00	71 461,77	11 666 708,51
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais:				71 461,77		-71 461,77	0,00
Aplicação de resultados					-211 808,68		-211 808,68
Outros	0,00	0,00	0,00	71 461,77	-211 808,68	-71 461,77	-211 808,68
Resultado líquido do período						37 946,83	37 946,83
Resultado integral						-33 514,94	-173 861,85
Operações com instituidores no período							0,00
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, Doações e legados							
Outras operações							
Posição no fim do período 2017	3 289 089,85	0,00	0,00	6 396 645,66	1 769 164,32	37 946,83	11 492 846,66
Posição no início do período 2018	3 289 089,85	0,00	0,00	6 396 645,66	1 769 164,32	37 946,83	11 492 846,66
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais:							
Aplicação de resultados				37 946,83		-37 946,83	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	-48 608,36	-221 618,06		-270 226,42
				-10 661,53	-221 618,06	-37 946,83	-270 226,42
Resultado líquido do período						-234 742,29	-234 742,29
Resultado integral						-272 689,12	-504 968,71
Operações com instituidores no período							0,00
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, Doações e legados							
Outras operações							
Posição no fim do período 2018	3 289 089,85	0,00	0,00	6 385 984,13	1 547 546,26	-234 742,29	10 987 877,95

A Mesa Regedora

Para fins de 31 de Dezembro de 2018
Atestamos a veracidade dos dados apresentados
Marcos Paulo do Espírito Santo

Contabilista Certificado

N. F. C. - 100
Quintão das doações